

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-11-2021.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezoito horas e onze minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21 (Processo nº 0944/21), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Laura Sito, Matheus Gomes, Idenir Cecchim, Leonel Radde, Moisés Barboza, Jonas Reis, Roberto Robaina e Pedro Ruas. Na oportunidade, foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Aldacir Oliboni, 03, assinada por Roberto Robaina, e 04 e 05, assinadas por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, e foram apregoados requerimentos de autoria de Aldacir Oliboni, Roberto Robaina e Pedro Ruas, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Mauro Pinheiro e Aldacir Oliboni, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Leonel Radde, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano e Ramiro

Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina e Jonas Reis, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano e Ramiro Rosário. Foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Leonel Radde. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E QUATRO VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Idenir Cecchim e Jonas Reis, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas e Jonas Reis, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21, por VINTE E SEIS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Pedro Ruas, Matheus Gomes, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Comandante Nádia e Ramiro Rosário, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis,

Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi apregoado o Projeto de Resolução nº 070/21 (Processo nº 1233/21), de autoria da Mesa Diretora. Às vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos e a todas. Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à chamada nominal para abertura da 024ª Sessão Extraordinária, diretamente na Ordem do Dia, iniciando pelo PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h11min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0944/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 023/21, que institui o Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. (SEI 118.00291/2021-42)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 22-11-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 023/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão, neste momento, na Câmara Municipal. O governo municipal manda para a Casa, manda para a Câmara Municipal de Porto Alegre, um projeto de lei que trata da revitalização do Centro da cidade. Nós achamos, inicialmente, que o governo poderia ter um olhar diferenciado, quando manda um projeto de lei desta envergadura, desta natureza, e mandasse um projeto de lei do Plano Diretor de toda a cidade – de toda a cidade –, e não de parte dela. O que nos dá uma impressão aqui, clara e precisa, é que o Plano Diretor está fatiado; está se discutindo o Centro da cidade como se o Centro fosse o mais importante dos bairros da cidade e, para o Centro da cidade, ele tem um olhar mais do empresariado do que para a população moradora do Centro de Porto Alegre. Vou dar aqui dois grandes exemplos: quem não conhece o Cais Mauá? Tem duas grandes questões: todo mundo concorda na revitalização do Cais Mauá, mas tenho certeza absoluta de que a população não vai concordar em liberar parte do Cais Mauá para construir moradias, como se o cidadão de baixa renda tivesse acesso a comprar um apartamento na beira ou na orla do Guaíba. Ali tem uma série de problemas, a sua inconstitucionalidade, por exemplo. Como vai abrir um empreendimento de mais de 30 andares lá no Cais Mauá? Não dá. Então é preciso nós nos debruçarmos mais sobre este projeto de lei. Ontem, na audiência pública, houve uma certa indignação, eu diria, de alguns moradores do Centro com relação a algumas questões fundamentais. Uma delas é o impacto social que vai causar o aumento dos índices construtivos, onde um prédio de 30 andares poderá agora ter mais de 50 andares. Olha o impacto social, impacto de vizinhança, o impacto ambiental. Pois o governo vai autorizar, através deste projeto de lei, que, na esteira da revitalização do Centro, se abra o espaço para os grandes construtores num terreno, que agora aqui me foge o tamanho do terreno, qual a altura que podem ter determinados prédios. Se hoje já é um problemão de prédios abandonados, comerciantes falidos, prédios que, na verdade, são históricos, mas não revitalizados, se constitui um novo Plano Diretor fatiado somente do Centro da cidade para poder beneficiar somente o grande empresariado. Por que nós não vamos discutir, por exemplo, a revitalização das ruas, dos acessos, a acolhida dos moradores de rua, dos que estão hoje como camelôs, criando uma política social, para que então esses não concorram com o comerciante – há uma reclamação do grande empresariado. É preciso levar, trazer dignidade para pessoas menos aquinhoadas, mais pobres, para poder pensar numa revitalização do Centro. Esse número significativo de novos moradores do Centro, se isso desse certo, vão, por exemplo, serem atendidos na rede SUS, onde? No HPS, que já não comporta mais a demanda. O número de moradores que vocês estão – desculpa, vocês, excelências, vereadores e vereadores –, pensando são pessoas de poder aquisitivo alto ou são pobres? Dificilmente vai sair ali um programa do Minha Casa, Minha Vida, não é mesmo, para que os pobres estejam no Centro. Há governos que são essencialmente capitalistas, que olham somente para quem tem o capital, para a exploração imobiliária, e esse é o endereço deste projeto da revitalização do Centro. É a orla do Guaíba, agora disponível para a população, que amanhã ou depois, será privatizada. Quem vai ter acesso, já que vão cobrar ingresso, como vão cobrar aqui no

Harmonia, para qualquer evento? Os espaços públicos estão sendo entregues para a iniciativa privada, essa é a grande verdade. Este projeto tem endereço, que é, sim, os donos do capital, o empresariado, principalmente aqueles que trabalham na exploração imobiliária, lamentavelmente! Por isso estaremos construindo, é claro, emendas importantes que possam destinar, que possam ser reavaliados, para que as pessoas menos aquinhoadas sejam reconhecidas, e que o governo tenha um olhar diferenciado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Vereador Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o presidente. Acho que este é um debate muito bom que nós devemos travar aqui nesta Casa, mas o debate tem que buscar o consenso da maioria, e a maioria vai querer e quer uma revitalização do Centro. Ver. Cecchim. Hoje vi aí, me falaram, uma pombinha passou por aí e disse que Vossa Excelência deu uma conversada com o Felisberto hoje. O Felisberto é engraçado, uma pessoa boa, me dou bem com ele, mas onde tiver uma questão para melhorar Porto Alegre, o Felisberto está lá para puxar para trás. É impressionante. Certa vez, num debate no Centro, perguntei onde ele morava? Ele respondeu que morava no Centro. Falei que eu andava mais no Centro que ele e nunca o tinha visto no Centro, que ele debatia tanto o Centro, vivendo no Centro, mas não andava no Centro. Então, na realidade, quem é que não quer? Eu vou lá elencar aqui várias questões que serão feitas, modificadas ou revitalizadas no Centro: assegurar a reabilitação dos edifícios degradados ou funcionalmente degradados; mensurar as condições de habitabilidade, de funcionalidade das estações edificadas e não edificadas; recuperar a função residencial do Centro Histórico, que tem uma característica própria; incentivar a reciclagem e a miscigenação de usos para qualificar o ambiente urbano, promover medida de sustentabilidade das edificações para fim de assegurar a integração funcional e a diversidade econômica, social e cultural do Centro, tornar o Centro um lugar atrativo, promover a otimização da mobilidade local e dos modais de transporte, porque é um caos, no Centro de Porto Alegre, a mobilidade urbana, não só com os ônibus da capital, mas da Grande Porto Alegre, promover projetos e intervenções que contribuam com a segurança. Eu pergunto para vocês: Quem é que vai ficar em Porto Alegre, no Centro da cidade, onde estão localizados os maiores hotéis, os melhores hotéis, a maioria dos hotéis? Quem é que vai ficar em Porto Alegre, sem segurança, à noite? Aí vão para a Serra. Não, eles têm que ficar aqui em Porto Alegre, têm que ter muito mais segurança. Promover projetos e intervenções que contribuam, portanto, para segurança, garantir e promover a preservação, valorização e qualificação do patrimônio cultural que é belíssimo. O nosso Centro tem um patrimônio cultural espetacular que será, sem dúvida, recuperado. Promover projetos e ações culturais no Centro, o exemplo aqui do palco que vocês ajudaram a aprovar essa semana. Vamos dar vida ao Centro! Temos

artistas espetaculares no Centro, Oliboni e Cecchim, vocês conhecem, eles estão lá pedindo esmola, dá pena. A gente ajuda, mas não é essa ajuda que eles querem, eles querem a valorização profissional, o encaminhamento para um *show*, para um casamento, para um evento num restaurante, eles querem ser valorizados. Modernizar a infraestrutura urbana, aumentando a capacidade do Centro em atender os seus moradores e demais pessoas que circulam diariamente, que são milhares. Nos bons tempos, antes da pandemia, passavam em torno de 300 ou até mais pessoas nesse trajeto daqui até a rodoviária. Era impressionante; hoje vamos dizer que andem 150, 200, mas está movimentando cada vez mais, e é o nosso maior comércio, é a maior mobilidade urbana da cidade de pessoas. Tem gente que adora vir ao Centro, no Mercado Público, que vem numa loja comprar. A minha sogra, tomara que minha esposa não esteja me ouvindo, vem ao Centro, uma vez por mês, pegar o dinheirinho da aposentadoria dela. E eu pergunto: por que a senhora quer fazer? Por que não transfere para o banco do bairro? Ela responde: "Não, eu quero ao Centro, lá tem tudo, eu compro minhas coisinhas lá no Centro, eu pego ônibus." Então essas são as coisas que o Centro possibilita à sociedade e às famílias. Requalificar espaço urbano, funcionalmente obsoletos, para promover o seu potencial, para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas. O programa de reabilitação do Centro Histórico tem dois perímetros distintos, o perímetro de adesão e o perímetro de interface. O perímetro de adesão e o Centro Histórico, propriamente dito, enquanto o perímetro de interface são os locais adjacentes ao Centro, como Guaíba, Cidade Baixa, Bom Fim, rodoviária, etc., aquela área que eu falei, daqui até a rodoviária circulam milhares de pessoas. Conforme o artigo 9º, no programa de reabilitação do Centro, os quarteirões serão detalhados por regulamentação ou regulamento por sua execução, como, por exemplo, o padrão volumétrico dos prédios será estabelecido pela definição dos gabaritos, baseados, por exemplo, pela altura do prédio mais alto do quarteirão. Para concluir, a indicação de abertura de passeios ao tráfego, especialmente à noite, buscando a melhoria na circulação de veículos. A Rua Sete de Setembro, a Rua dos Andradas, o estímulo à vitalidade, possibilidade de acesso circular com vias compartilhadas, acessibilidade universal de segurança pública, conforme relatório, ciclovias, indicação do programa de reforma do Mercado Público, do Paço Municipal, revitalização da Praça da Alfândega, da Praça Conde de Porto Alegre, da Praça Osvaldo Cruz, da Praça Otávio Rocha, Praça Edgar Schneider. Quem é que não quer isso? A comunidade quer, isso é bom e nós vamos aprovar com maioria absoluta e convidamos a oposição. Não sejam só contra, sejam detalhistas, aí sim, votem, debatam, mas deem a oportunidade de o Centro virar o centro de todos os porto-alegrenses - e por que não? -, de todos os gaúchos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Ouvindo o Ver. Cassiá, vejo o quanto precisamos de debate em relação do tema do Centro Histórico. De fato, ouvindo aqui, atentamente, suas palavras, vi aqui uma defesa extremamente frágil de um vereador que compõe a base do governo sobre o tema tão importante assim. A cidade, na minha compreensão, para gestão de prefeito Sebastião Melo, é uma cidade para poucos, uma cidade em que poucos podem curtir a noite, onde poucos podem acessar os serviços públicos, onde poucos podem utilizar o transporte, onde poucos têm benefícios, onde poucos decidem quais são as políticas que serão implementadas. Inclusive o Ministério Público já determinou que nós deveríamos ter destravado a discussão sobre o Plano Diretor da cidade. Fazer a discussão de forma compartimentada é um equívoco e uma perversidade à nossa cidade. Essa ideia de cidade fica evidente no projeto do Centro Histórico. Em primeiro lugar, a gente pensa: Para quem é o Centro? Quem vai ganhar com as alterações do Centro Histórico? Em segundo lugar, poucos discutiram, o povo não é ouvido, veja bem, nós realizamos uma audiência pública há menos de 24 horas. A audiência foi realizada ontem à noite e agora já querem votar esse projeto, numa audiência que parece que, de fato, não tinha o vocativo real que é de uma audiência pública que é poder trocar, que é poder qualificar o projeto. Já vem aqui, para uma sessão, de solavanco. Assim a gente percebe que está equivocada a forma e o conteúdo da proposição deste projeto. A maior prova é esse plenário aqui que não está repleto de vereadores e de vereadoras para debater um tema tão importante e uma sessão de solavanco que foi chamada. Claro que é importante desenvolver a cidade. Quem aqui faz um debate rasteiro de dizer que nós somos a turma do atraso, que não queremos debater o desenvolvimento de Porto Alegre, primeiro, age com má-fé. Afinal de contas, fizemos um debate, inclusive nas eleições, onde fomos para o segundo turno, debatendo de forma ativa uma perspectiva de desenvolvimento para Porto Alegre. E assim travamos esse debate aqui na Câmara, na cidade, junto com os movimentos sociais. Esse debate é tão importante quanto nós discutirmos em que termos nós queremos debater o desenvolvimento da cidade, a que rumos, a que benefícios nós estaremos debatendo esse desenvolvimento. Sobre qual concepção, para quem vai servir? É isso que nós queremos debater e, para isso, é preciso ter debate, discussão, espaço democrático. Os bairros mais populosos são os distantes do Centro, mas após os tempos de PT não tiveram mais um contingente tão significativo de políticas públicas. É o que nós vamos nesses quase 20 anos. Os investimentos vêm sendo concentrados na área central da cidade, na orla, enfim. E o presente programa entrega o Centro, de fato, ao interesse privado. Nós queremos poder fazer essa discussão de forma mais qualificada. O grande capital é o principal beneficiado das proposições aqui de remodelação do Centro Histórico da cidade. As boas iniciativas e de interesse público são as obrigações da Prefeitura ou são projetos já existentes, como de pavimentação de algumas ruas. Os condicionantes de contrapartida para construção são ridículos e alguns deles já são obrigações ou certamente são do próprio interesse do empreendimento em questão. A serviço de quem estará o ambiente público, o poder público, ao pensar a reestruturação do Centro da nossa cidade? Onde fica o povo? Nas primeiras apresentações do programa, no CMDUA, não havia sequer uma menção à palavra

habitação no programa. É importante nós dizermos isso, nós não estamos falando simplesmente de alterar a população do Centro Histórico, nós estamos falando sobre uma lógica de ocupação do espaço que tem a ver com a especulação imobiliária e não, de fato, com uma garantia de moradia para a população de Porto Alegre. Depois de muita pressão, o tema habitação foi incluído. Prédios sem função social devem ter a prioridade de habitação de interesse social, mas a Prefeitura os enxerga como uma oportunidade de negócios. Também chama atenção o cheque em branco que representa esse projeto, tanto do ponto de vista estético, quanto ambiental e quanto de segurança. E é importante que a gente consiga colocar essas questões. Vamos apresentar aqui, enquanto bancada do Partido dos Trabalhadores, algumas emendas em relação a esse projeto, mas faço aqui a minha crítica a como o debate está sendo travado, à forma como ele não permite um debate qualificado em relação a isso e principalmente o quanto é um equívoco nós debatermos o Plano Diretor da cidade de maneira segmentada, apenas garantindo os interesses da especulação imobiliária, de um contingente ínfimo de empresários da cidade de Porto Alegre e não conseguindo debater, de fato, a estruturação da cidade como um todo, que é, na verdade, o que esta cidade já espera, já faz tempo e infelizmente até agora o poder público não deu um passo à frente para nós fazermos um debate de um projeto de cidade. Infelizmente, fazemos somente os debates de interesse do capital. É disso que estamos falando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, esse é um tema muito importante, primeiro porque nós estamos debatendo o Plano Diretor para o Centro Histórico, mas, na verdade, abrindo uma prerrogativa aqui para o planejamento urbano e ambiental do conjunto da cidade de Porto Alegre que está sendo fragmentado. As representações dos vereadores que têm acordo com essa proposta deveriam subir na tribuna para dizer que também têm acordo com uma lógica de fragmentação do Plano Diretor Urbano e Ambiental da nossa cidade, que deveria já estar sendo debatido. Nós temos recomendações do Ministério Público para que essa discussão seja feita de maneira integrada para não gerar algumas bizarrices na discussão. Porque essa é a verdade, o prefeito Sebastião Melo deu várias entrevistas defendendo uma suposta política de adensamento populacional. O prefeito falou várias vezes essa expressão, quer dobrar a população do Centro, através desse projeto, algo que no tempo em que ele se propõe a fazer nunca existiu na história da cidade de Porto Alegre. Nós não temos nenhum dado que mostre essa possibilidade de dobrar a população num bairro, num curto período de tempo, sem definir uma série de elementos também que caracterizariam esse tipo de moradia e, ao mesmo tempo, nós temos aqui um projeto que discute a ocupação de uma área no Extremo-Sul da cidade, a

área do Arado, onde lá também vai se dobrar a população. Então, a lógica do adensamento não tem muita coerência. Os loteamentos seguem sendo construídos lá na Zona Norte, na divisa da cidade de Porto Alegre com Alvorada. Qual é a lógica dessa proposta que está sendo discutida aqui? Realmente é adensamento? Há estrutura no Centro da cidade? E aí eu quero ser justo com o Felisberto – o Ver. Cassiá veio aqui e expôs uma opinião. Eu acho as preocupações que o Felisberto coloca extremamente pertinentes, porque ele está falando que a infraestrutura do Centro hoje, neste momento, não é suficiente para atender, com qualidade, a população que já mora nesse bairro. E a Câmara de Vereadores deveria ouvir a população do Centro. Esse processo não foi feito com a discussão desse projeto, não foi feito. Nós vamos nos contentar com alguns debates *on-line* que consultaram poucas dezenas de pessoas para formular o projeto que está em debate aqui, em meio a uma pandemia, impossibilitando a participação de vários cidadãos que também são moradores do Centro Histórico? Onde está, por exemplo, a população em situação de rua? E a política que a Prefeitura vai ter para os que estão hoje na região central? A integração com os equipamentos públicos de saúde mental, com os equipamentos da assistência social, nada disso consta nessa proposta que está colocada aqui. É importante a gente refletir sobre outros aspectos. Além da fragmentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental esta Câmara de Vereadores também perde poder e protagonismo com a proposta que está sendo debatida, porque inúmeros dos critérios vão poder ser definidos através de decretos. Onde nós vamos legislar? Quais vão ser os pontos de intervenção da Câmara depois que essa proposta for aprovada? Outra questão, não sei se é de conhecimento do conjunto dos vereadores da Casa, mas a execução desse projeto estava proposto ali no PPA, mais ou menos R\$ 82 milhões para os próximos quatro anos, mas nós temos informações, através da consulta que foi feita pela própria Prefeitura ao Ministério da Economia, que a execução desse projeto no próximo período vai obrigatoriamente ocasionar um empréstimo junto ao BID e à Associação Francesa de Desenvolvimento no valor de, mais ou menos, R\$ 1 bilhão que não vão poder ter contrapartidas em serviço e, sim, nas receitas tributárias, o que vai comprometer, a partir de agora, cerca de 2% do orçamento anual da nossa cidade, impactando diretamente no conjunto das políticas sociais. É de conhecimento do conjunto de vereadores desta Casa essa informação? Nós vamos aprisionar a cidade de Porto Alegre numa dívida bilionária para um projeto que não foi debatido de forma adequada, que não tem definições precisas, dá vários cheques em branco, como por exemplo, na questão da limitação de altura dos prédios. Não se discutiu em profundidade o impacto ambiental dessa proposta. Nós vamos fazer isso? É um absurdo o que a Câmara de Vereadores pode fazer, se votar positivamente esse projeto, desmoraliza uma discussão, que é prerrogativa desta Casa, de dez em dez anos, que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e dá privilégios para segmentos, principalmente da construção civil, que não está se importando em planejar a cidade como um todo e, sim, está se importando com a possibilidade de lucratividade nos próximos anos. É nessa dinâmica que nós vamos inserir a cidade de Porto Alegre, votando positivamente nessa proposta. Então eu trago essas reflexões ao debate e repetindo a pergunta sobre o financiamento: "É de conhecimento dos vereadores desta

Casa? Nós temos que debater as coisas abertamente. Sequer estão incluídos no projeto esses elementos, não foram apresentados nem em audiência pública. E é por isso que nós somos contrários a essa proposta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, como eu acho que sou o último inscrito para discussão, eu queria pedir a V. Exa. para encerrar a discussão e já me inscrevo como primeiro para encaminhar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O senhor está inscrito em discussão, o Leonel Radde também, mas, em seguida, vamos já encerrar discussão e vamos passar para os encaminhamentos, na sequência.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente, eu vejo o secretário Germano ainda presente aqui, responsável, junto com a sua equipe, para realizar esse projeto. Vereador Mauro Pinheiro, nós reclamamos, às vezes, da antiga SMAMS, que não se aprovava nada, mas eu acho que nós não aprovávamos nada porque nós ouvíamos demais os felisbertos. Não é o Felisberto, eu conheço ele, é um bom advogado, mas nós ouvimos demais os felisbertos da cidade. Esses mesmos que não queria o Jaime Lerner desenhando a orla. Eles atiraram ovos no Jaime Lerner aqui, vaiaram esse grande arquiteto que foi prefeito de Curitiba, que mudou Curitiba, que foi governador do Paraná, que foi requisitado no mundo todo, porque, infelizmente agora ele foi requisitado por Jesus Cristo para fazer uma orla lá para nos esperar. Mas, enquanto isso, nós temos a orla lá para desfrutar, e a orla faz parte do Centro Histórico também. Quem é que tem peito de vir aqui dizer que o Centro não tem condições de absorver mais pessoas? O Centro tem tudo, praça bonita, aquela a Praça Brigadeiro Sampaio, lá embaixo, bonita, tem mais todos os parques do lado. E com toda essa infraestrutura pronta, nós estamos dispostos a dar oportunidade para que as pessoas morem perto do Centro. Pelo jeito, o Ver. Matheus Gomes quer que as pessoas morem lá na Pitinga, lá longe. Aliás, para que mandar os pobres para longe? Vamos trazê-los mais perto, vamos fazer edifício mais alto, onde tem estrutura, onde tem ônibus na porta, já pronto. Para que espantar as pessoas lá no fundo? É isso que querem? Não. Vamos começar pelo Centro, adensar o Centro com responsabilidade, com cálculos de como é a ventilação, de como é a iluminação. Ninguém é irresponsável, todo mundo já se preocupou com esses dados. E nós vamos fazer o Centro ser um grande Centro novamente, com pessoas, revitalizado com pessoas para que Porto Alegre para receber. O primeiro lugar em que se chega, quando alguém vem a Porto Alegre, é no Centro, vão ver o Mercado Público. Aí nós vemos o Pedro Ruas que gosta muito do Mercado Público. Fazendo justiça, o Ver. Robaina não tenho visto lá, mas o Pedro Ruas

representa muito bem os frequentadores do Mercado Público. Nós temos o Largo Glênio Peres, a esquina democrática, a Catedral Metropolitana, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura. Mas que negócio é esse que o Centro não tem estrutura? Que negócio é esse? Vocês estão falando de qual centro, afinal? Nós queremos adensar, sim, o Centro de Porto Alegre, com pessoas, e fazer com que o próprio comércio seja revitalizado no Centro, que os negócios fluam para ter arrecadação, para revitalizar os bairros também. Agora eu vou dar um exemplo de como duplica ou quadruplica: o Jardim Europa era um banhado, um tambo de leite, e quantas vezes se multiplicou a população do Jardim Europa? E ao redor se constrói comércio, geração de renda. Isso tudo ajuda o Município a poder investir em outras áreas. O dinheiro não cai do céu, todo mundo quer cesta básica, nós todos queremos, mas tem que vir de algum lugar o dinheiro. Precisa ter dinheiro para fazer uma assistência que as pessoas merecem, e nós temos que pensar no desenvolvimento econômico para ter o desenvolvimento social. O desenvolvimento econômico é o primeiro passo para que se possa fazer um desenvolvimento social adequado. Ver. Cassiá, será que esse pessoal gosta do esqueleto, aquele edifício que se chamava de QG do crime. O esqueleto se chamava de QG do crime. Imaginem só, no Centro de Porto Alegre. Vamos tomar providências, mas o prefeito não fez da cabeça dele não, contratou a UFRGS para fazer o laudo e posteriormente dar uma definição do que fazer com esqueleto. Vamos arrumar o Centro como um todo, porque as pessoas que moram lá e a cidade de Porto Alegre merecem um Centro mais bonito e mais desenvolvido. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, nós temos hoje a votação de um projeto que deveria estar subordinado ao nosso Plano Diretor, a um debate que já está atrasado e que deveria ser o norteador das decisões que estão sendo tomadas hoje. É muito grave o que está sendo proposto nesse projeto, que é a modificação estrutural da arquitetura do nosso Centro. Chamo a atenção para um ponto essencial que desrespeita a volumetria, a altura máxima dos prédios, das construções realizadas no Centro. Saibam os nobres vereadores e vereadoras que será a última vez que nós faremos esse debate aqui nesta Casa, porque, a partir desse projeto que está sendo votado, a determinação da volumetria, da altura dessas construções, passará a ser realizada por decreto, ou seja, decisões muito mais simples, tomadas dentro de gabinetes, às escuras; terá, essa proposta, uma repercussão que nós não sabemos ainda qual será. Lembro aqui a realidade de Balneário Camboriú, onde foi incentivada a lógica de construções de arranha-céus na beira da praia, na orla; hoje estão tendo que ampliar a orla com retroescavadeiras, fazendo aterros, inclusive há tubarões agora atacando as pessoas, enfim, uma situação dramática naquela região; causou um problema ambiental terrível. E, uma vez erguido um prédio, uma vez erguida uma

construção não tem mais retorno, não é economicamente viável; portanto, as preocupações trazidas aqui, trazidas pela comunidade, pelas associações, por companheiros e companheiras que fazem um debate sobre o Centro são extremamente relevantes; as preocupações são reais dos impactos que teremos em relação ao atendimento de saúde, ao transporte público, ao recolhimento de resíduos sólidos, em relação à estrutura inclusive de comércio, de deslocamento, de acesso ao saneamento básico. Tudo isso fica subjetivo no que está sendo apresentado, porque está descolado do debate sobre o Plano Diretor. Na verdade, não que estela descolado, ele está antecipado a esse debate. E é claro que o objetivo aqui é favorecer as grandes construtoras – isso está claro! –, favorecer os grandes empreendimentos.

Que é necessária uma mudança na nossa visão sobre o Centro, sobre o 4º Distrito, sobre os espaços de usufruto da nossa capital, isso é inegável! Que temos um Centro que está machucado, que precisa de uma nova visão, acho que isso é consenso. Acontece que a forma como isso está sendo feito é extremamente perigosa, extremamente precária, de uma certa forma autoritária, e isso não está sendo colocado de forma clara, de forma evidente para a nossa população. Por isso nós pedimos que o debate seja ampliado, que tenhamos mais atores participando dessa construção e que o Plano Diretor seja o nosso norte; que nós não deixemos que isso ocorra, neste momento, sem o debate necessário, sem o aparato técnico que precisamos, porque a população que hoje se encontra no Centro pode ser vítima de algo que ela considerava que poderia ser positivo. Temos o debate sobre o Cais do Porto, debate sobre diversos outros aparatos culturais, como a Usina do Gasômetro, que também são colaterais a essa pauta. Muito brigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, rapidamente aqui, ouvi todo mundo que falou antes, e eu quero dar um testemunho rápido aqui. Eu tive a oportunidade, na legislatura anterior, de apresentar nesta Casa, aos vereadores que participaram, o Ver. Cassiá, a Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico. Falar do Centro Histórico sem viver, como o Ver. Cassiá disse aqui, é muito fácil. Fazer um discurso aqui é muito fácil. Minha mãe viveu grande parte da sua vida no Centro, minha avó, meu avô, minha tia-avó, meu tio-avô, e a depauperação, a destruição do Centro Histórico nas últimas décadas é visível para quem lá vive. Esta Casa, Ver. Cassiá, Ver.^a Mônica, que também conhece bem o Centro, premiou iniciativa do Otello Drebes, quando fez a revitalização ali da sua loja, com iluminação. Gente, uma iluminação fez com que a minha mãe pudesse ter coragem de sair para passear no Centro Histórico à noite. É muito fácil falar do Centro Histórico sem viver o Centro Histórico, como a gente ouviu, e a gente ouve todos os dias aqui, o pessoal da Praça Brigadeiro Sampaio, da praça que foi citada aqui pelo líder do governo, Ver. Idenir

Cecchim, e quando se falam nos projetos, e aí os vereadores vêm aqui, e eu respeito o contraditório, vêm aqui falar sobre fatiamento, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Felipe Camozzato, fatiamento, meu colega Ver. Gilson Padeiro. Mas eu quero falar do outro lado: tem gente que gosta de aumentar o monstro para que o monstro vença. Tu aumentas o problema para o problema ser insolúvel. Todos nós queremos discutir o Plano Diretor, mas o projeto de revitalização do Centro Histórico, que prevê moradia e não só empreendimento comercial, que prevê cobertura vegetal para sustentabilidade, para combater o aumento do calor no Centro, do aquecimento, o acesso à orla, secretário Germano Bremm, que esta Casa aprovou, através da política municipal hidroviária do lago Guaíba, os vereadores desta Casa aprovaram, o desenvolvimento do Centro, que não está no centro – geograficamente está num bico, vamos dizer assim – é muito importante para a cidade. A questão de quem defende aqui a mobilidade, a ciclovia, a possibilidade de ter uma cidade com – não é um termo, vamos dizer assim, utilizado da maneira como está sendo utilizado aqui – adensamento. As grandes cidades buscam concentrar centros com hospitais, com centros comerciais, com farmácias. Vem cá, é isso! Eu quero, aqui, parabenizar o trabalho do secretário Germano Bremm, da diretora-geral de Planejamento Urbano e Sustentável, a diretora Patrícia, a sua equipe, pessoas competentes. E eu quero alertar os colegas que vieram aqui falar sobre fracionamento e sobre não termos mais, como vereadores, a capacidade de sugerir, isso nós não podemos discutir porque tinha que ser no Plano Diretor. Gente, então também não vamos votar aqui área de interesse social. Nós aprovamos, aqui, área de interesse social, Ver. Mauro Pinheiro! O Ver. Aldacir Oliboni, nesta legislatura, aprovou aqui, lá no Morro da Cruz! Então, ninguém vai apresentar mais isso! Vamos deixar para o Plano Diretor! Dez anos, 15 anos, 20 anos? Quanto tempo nós vamos demorar para desenvolver a cidade? Quantas décadas mais? Eu voto dez vezes "sim", apoiado pela bancada, pelo Ver. Gilson Padeiro, pelo Ver. Ramiro, pelo Ver. Kaká D' Ávila. Muito bom o projeto para cidade e para os porto-alegrenses! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que observa atentamente que há sempre interesses por trás da política – fica aqui demonstrado neste projeto do governo, que fatia o Plano Diretor. O governo Melo não quer discutir a Restinga, não! Sarandi? Rubem Berta? O que é isso? Cruzeiro? Ponta Grossa, Lami, Belém Novo, não! Vamos discutir o Centro Histórico – decidiu isso! E depois vai discutir a Ponta do Arado. Vai discutir o que interessa, o que chegou na mesa! O trabalhador que agora está tentando garantir um dinheirinho para poder ter um alimento em casa não está acompanhando essa discussão e nem consegue chegar na mesa do prefeito e reivindicar que o prefeito fatie e discuta só a Restinga, onde, há muito tempo, falta educação, falta saúde, pavimentação, falta segurança, falta habitação de interesse

social. E tem vereador que foi massivamente votado em determinada região e vem aqui e bate palma só para uma região; mas eu não vejo para sua região uma busca. Não! Aqui na tribuna defende o governo. Aí dirão: "Bah, o Ver. Jonas é contra o Centro Histórico." Não! Sou totalmente a favor, mas ele tem que ser discutido no Plano Diretor, como um todo.

E aí também tem aquilo que eu acho engraçado, os paladinos, os sábios: chamar um confeito para fazer um churrasco; chamar um árbitro de futebol para fazer uma cirurgia num hospital; é chamar gente que não entende de urbanização para dizer que construir prédio de 200 metros vai melhorar a qualidade de vida do Centro Histórico. Vai circular menos ar. Adensamento? O líder veio aqui dizer: "Nós vamos adensar, sim, o Centro!" De 45 mil pessoas vai para 90 mil! Aí, eu vou disputar o banco da praça com o morador atual, o outro que vai chegar, porque não tem mais onde construir novas praças. Aí, eu vou ter que dar um chute na do meu vizinho para poder tomar um chimarrão na Praça Brigadeiro Sampaio, que ele falou aqui. Na Redenção, se eu quiser ir com o meu cachorro – porque um monte de gente tem animais hoje, todo mundo tem –, se eu quiser ir com meu animalzinho na Redenção, eu vou ter que pedir: "Com licença, vizinho. Sai daqui que agora é a minha hora de usar." Vai ter ficha! Vão criar, na Prefeitura, as fichas, as filas para usar praças e parques. É isso que vai acontecer! Mais do que isso: vão começar a construir os prédios, botar os prédios e tudo mais e, depois, como é que vai ficar o esgoto? Só depois eles vão trocar. Porque é assim. Só depois aparece o serviço público; depois da habitação. É uma vergonha, gente que não entende de urbanização, de desenvolvimento urbano, trazendo para cá esse engodo. É um engodo. É uma enganação dizer que isso é desenvolvimento da região central. Desenvolvimento da região central é vocês melhorarem o Posto Santa Marta, o Posto Modelo, é vocês construírem escola de educação infantil que falta no Centro Histórico, para quem tem filho e não consegue, tem que pagar a vaga; é fazer conveniamento com quem queira fazer conveniamento para ter o acesso à educação infantil nessa região. Mas, claro, vocês não trazem isso nem lá para as regiões de vocês, quem dirá para o Centro Histórico! O que vocês querem fazer é higienizar o Centro Histórico, é começar, os grandes empresários comprarem os prédios pequenos, de cinco, dez, 15 andares para construir de 50, 60, 70 andares e vender caro. Vocês querem mudar o público do Centro Histórico. Vocês não querem que essas pessoas morem lá. Inclusive eu nem sei se vocês gostam dos idosos que moram no Centro Histórico; moram muitos lá e precisam continuar lá. Agora, se encarecer a região, se tudo ficar caro, tudo difícil, as pessoas vão sair dali. Aí, o Ver. Cecchim disse aqui: "Ah, fulaninho quer que vá para a Pitanga." Não. Vocês querem expulsar as pessoas da região central. E a especulação imobiliária vai tratar de fazer isso. Não em cinco anos, talvez um pouco mais, talvez demore, e vai estar a assinatura de vocês nisso. Eu gostaria de discutir toda a cidade. Toda a cidade precisa de desenvolvimento. Agora, chegar aqui, embaixo do braço e dizer: o Centro Histórico primeiro; a Cidade Baixa depois; o Menino Deus depois; o Bom Fim depois; Petrópolis depois; e muito depois a Restinga. Talvez nunca o Lami; jamais o Canta Galo, que até hoje não tem asfalto. Por que é que não tem asfalto? Porque ninguém bota o Canta Galo aqui embaixo do braço e vem para

tribuna defender o Canta Galo. Por isso! E ninguém bota embaixo de braço o Sarandi, ninguém vem defender o Sarandi! Não bota também a Cruzeiro. Bota só o Centro Histórico! Eu gostaria mesmo que tivesse desenvolvimento em toda a cidade. Eu quero, sim, que melhore muita coisa no Centro Histórico, mas o que vocês estão propondo, a base mesmo disso é só construir prédios mais altos. E vai dobrar a população ali para disputar praça, disputar fila no Posto Santa Marta. Quantos postos de saúde vocês vão construir a mais aqui? Onde vão ser? Além do Santa Marta? O Santa Marta não tem espaço para expandir para mais lugar nenhum. Não tem! Qual é o prédio que vai ter posto de saúde? A escola? Quais são as escolas que vocês vão abrir no Centro Histórico? Onde que está isso aqui? Vocês estão dizendo que vai melhorar; vai piorar! Na Cidade Baixa, antes da pandemia, para concluir, quando os bares todos estavam funcionando de noite, em dias de calor, verão, já faltava luz porque caía, a rede elétrica não sustentava. Vocês acham que a rede elétrica do Centro vai sustentar? Vocês vão prejudicar quem está morando ali. É isso que vocês estão fazendo, prejudicar quem já mora no Centro Histórico! E aí tem até secretário aqui, caminhando aqui por dentro, como se a coisa fosse tranquila. Bom, pode ser tranquila para vocês, que têm os votos; agora, para quem mora no Centro Histórico, vocês vão começar a criar uma dor de cabeça para as famílias que moram ali. E quem vai ter que apagar os incêndios, de novo, vai ser a Câmara de Vereadores e o prefeito vai ser outro, provavelmente, se Deus quiser. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com apalavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras. Primeiro ponto, Ver.^a Mônica, veja só, e demais vereadores e vereadoras, está bastante esvaziado aqui o plenário, nós temos uma recomendação do Ministério Público urbanístico para que se retome a discussão do Plano Diretor. Essa é uma recomendação do Ministério Público de que é preciso discutir, a cidade necessita discutir o Plano Diretor, e essa discussão está sendo adiada. Teve uma razão evidente, pública, a crise da pandemia; mas agora já há essa recomendação, ela vem desde setembro deste ano. Então, o governo tinha que, na verdade, seguir a recomendação do Ministério Público, da Promotoria de Justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, porque é assim que se faz uma discussão de reformas importantes na cidade de Porto Alegre: globalmente. Não se deve discutir o Plano Diretor de modo fatiado. Mais grave ainda: não se pode discutir um plano para o Centro Histórico, descolado do Plano Diretor, mas mais grave ainda, que antecipa o debate do Plano Diretor, que antecipa as diretrizes que o governo quer para o Plano Diretor, sem um debate público, porque é isso que está ocorrendo. A audiência pública de ontem foi completamente esvaziada, nós não tivemos um debate sobre o Plano Diretor. É necessário, sim; são necessárias reformas importantes em Porto Alegre e no Centro de

Porto Alegre. É necessário melhorar o Centro de Porto Alegre. O Centro de Porto Alegre necessita de uma política urbana, de uma política de adensamento, de uma política de investimento. Mas, vejam só, o Ver. Pedro Ruas está conversando com o líder do governo, Ver. Cecchim, vejam só um detalhe, Ruas, olhem um dado dessa política do governo para o Centro. Eu estou falando para o Ruas porque o Ruas é um defensor de uma política pública transparente, defensor, vejam bem, de que a Câmara dos Vereadores tenha poder real. Essa proposta tira poder da Câmara de Vereadores, tira a capacidade dos vereadores de legislar. Em alguns casos há vereadores até que vão perder sua capacidade de negociar com o Sinduscon. Esse é um alerta! Eles vão perder capacidade; infelizmente há muitos vereadores que negociam com os empresários, com o Sinduscon, e com este projeto vão perder capacidade de negociação. Não é o meu tipo de mandato, no meu tipo de mandato não tem negociação com o Sinduscon, mas o meu tipo de mandato é, sim, preocupado com a necessidade de a sociedade controlar o poder público. E, aqui, tem o seguinte, nos cálculos dos índices construtivos, na divisão que o governo propõe para o Centro, todos os cálculos vão ser definidos por decreto. Isso é entregar para o Poder Executivo a capacidade total de negociar sem nenhum controle do Parlamento. Então, eu creio que a Câmara dos Vereadores deveria pelo menos colocar que tem que ter lei complementar. Não é possível que os índices de construção sejam definir por decreto! Tem que ter lei complementar, porque a lei complementar obriga o governo a trazer o debate para o Parlamento e, pelo menos, facilita a participação popular. Facilita por quê? Porque por decreto vai ser uma relação entre o governo e os grandes empresários sobretudo, e esse tipo de relação sem transparência, sem controle do Parlamento, sem controle público pode prejudicar o interesse social. Eu quero terminar dizendo o seguinte: eu não tenho expectativa de que o governo Melo, que o governo municipal faça plano socialista para o Centro, disso eu não tenho expectativa. Eu sei como que é o governo. E eu sou crítico, eu sei que tem um setor dos empresários da classe média/alta que é horrorizada com trabalhadores, com pobres convivendo no mesmo ambiente. Sabe, Presidente, eu sei que esses setores se horrorizam com Cuba, porque em Cuba há uma participação, não existe essa separação entre bairros pobres e bairros ricos. Em Cuba, sim, não tem miserável, Cecchim! O Cecchim diz que em Cuba só tem pobre, e é verdade, Cuba é um país pobre, mas não é um país miserável. E aqui, os projetos de vocês são projeto que não se preocupam com os mais pobres, que, caso nós não temos uma política séria, vão cair numa situação de miserabilidade, que é o que está ocorrendo com parte grande do povo brasileiro. Uma parte importante do povo brasileiro está caindo na miséria. E nós precisamos evitar isso, sim, com políticas de desenvolvimento, portanto tem que ter uma política de reforma urbana no Centro, só que essa política de reforma urbana precisa ter controle público, não pode ser monopólio do governo, por decreto, dirigir a cidade de Porto Alegre. Nós necessitamos ter controle público. E termino dizendo o seguinte, Márcio: o Instituto de Arquitetos do Brasil e os do Rio Grande do Sul querem participar do debate, e não há canais. Qual é o canal privilegiado para isso? É a mudança do Plano Diretor. E infelizmente o governo não faz a mudança do Plano Diretor, não discute a mudança do Plano Diretor, fatia essa

discussão e coloca ela de modo açodado, sem um debate público verdadeiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 023/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, o Ver. Matheus Gomes trouxe um dado importante, fundamental para este debate, que não aparece, Ver. Matheus, via de regra em qualquer conversa sobre o tema, e, principalmente na audiência pública: a informação do Ministério da Economia sobre o custo desse projeto para Porto Alegre. Alguém pode dizer: "Mas isso não inviabiliza o projeto!" Bem, é possível. É questão de opinião. Mas o dado da realidade tem que aparecer. E depois nós opinamos se esse custo vale ou não vale a pena para o Centro da cidade, para a capital. Mas o custo de R\$ 1 bilhão? Vossa Excelência trouxe aqui os dados do Ministério da Economia, e é algo que precisa ser analisado, Ver. Aldacir Oliboni e Ver. Mauro Pinheiro. Precisa ser analisado. Vejam bem, é possível que se analise e que se diga assim: "Vale a pena, porque é para ser pago em 25 anos, porque não sei mais o quê..." É possível. Mas é um dado que precisa aparecer, tem que haver debate sobre ele. Não pode ser vendida a ideia de que é custo zero, porque não é verdadeira. Não é verdadeira. Pode ser bom, pode ser positivo, mas tem um custo financeiro, e é um custo razoável. Eu acho valores altos, mas é uma situação de debate. Seriam, mais ou menos, 2% do PIB nosso, local, ou orçamentário, ao longo de muitos anos. Bem, quando tivermos, Ver. Radde, esse debate, pode ser tarde – V. Exa. alertou. Hoje é a última vez que se fala sobre esse tema antes da votação; não haverá mais debate. Nós não temos mais essa condição. O que nós temos, a partir de agora, são convicções, informações, dados importantes. Eu não estou questionando os dados e as intenções do governo, eu estou questionando a ausência de um. Na minha opinião, na análise de um projeto, nós temos que fazer, sempre, a observação da relação custo/benefício. Sempre! Porque se eu só falar em benefícios, quase todos os projetos são bons, quase todos; quando nós agregamos a informação do benefício a outra, Ver. Mauro Pinheiro, que é um homem do comércio, que conhece sua relação, a do custo, bem eu posso mudar de opinião ou não, mas é importante a informação, nós temos de tê-la. E ela vem do Ministério da Economia, ela vem, Ver. Pedrinho, de um órgão que, para nós, é insuspeito nesse aspecto, porque não é um órgão que hostilize o prefeito; quer dizer, não há uma relação de confronto entre Prefeitura de Porto Alegre e Ministério da Economia, não há por que largar um dado complexo, porque ele problematiza essa discussão na minha opinião. Esse foi o dado que mais me impactou, entre outras colocações feitas. Eu gostei das informações trazidas pelo Ver. Roberto Robaina e das reflexões do Ver. Radde, mas esse dado me impactou muito, Ver. Gomes. Isso para mim faz diferença. Na relação custo\benefício, nós temos de analisar, de fato, pois, até agora, se falou muito sobre os benefícios; e podem ser todos

verdadeiros. O Ver. Moisés Barboza deu muita ênfase nisso: os benefícios para a cidade, deu um exemplo pessoal, o da sua mãe. Tudo isso pode ser verdadeiro para muitas pessoas, mas há um dado que precisa ser, sempre, colocado junto: o custo, porque, quase tudo, repito, pode ser bom. Eu não quero fazer comparações, apenas quero exemplificar o que eu estou falando. Uma vez, um determinado candidato, em uma determinada eleição, falou num trem-bala, ligando Porto Alegre a Tramandaí. É ótimo, só que precisamos de R\$ 50 bilhões de reais, por baixo, para fazer algo assim; ninguém tem como fazer, mas seria ótimo. Isso nada tem a ver com esse projeto, apenas para lembrar que esse dado não apareceu nos debates, esse dado não apareceu nas discussões, foi trazido aqui pelo Ver. Matheus Gomes, e, na minha opinião, Ver. Idenir Cecchim, que também é um homem do Comércio, assim como o Ver. Mauro Pinheiro, que também, sabe que o benefício tem que estar relacionado ao custo, precisamos analisar, também, esse aspecto. Na verdade, eu antecipo aqui o voto contrário ao projeto, e temos emendas que podem diminuir esse impacto, não sei se no nível financeiro, mas no ambiental e paisagístico, com certeza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito que o diretor legislativo apregoe as emendas apostas ao PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 023/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque das Emendas nºs 01 e 02 ao PLCE nº 023/21.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE nº 023/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Emenda nº 03 ao PLCE nº 023/21.

Apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLCE nº 023/21. Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque das Emendas nºs 04 e 05 ao PLCE nº 023/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Encerrada a discussão. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 023/21. (Pausa.) Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 023/21.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa noite, Presidente, Ver. Idenir Cecchim e demais vereadores e vereadoras. Este é um projeto importante para a cidade, e entendo que alguns vereadores reclamem da urgência do projeto. Vou aproveitar e vou discutir a emenda do Ver. Aldacir Oliboni, juntamente com o projeto. O Ver. Aldacir Oliboni faz uma emenda que discrimina, proibindo, construindo dificuldades, inclusive, para que possam morar pessoas no Centro de Porto Alegre. A minha opinião é completamente, diferente. Eu acredito que o Plano Diretor é bastante complexo e com alguma dificuldade. Inclusive, vi alguns vereadores da oposição com dificuldade de diferenciar volumetria, altura. Alterando a altura do prédio, não significa que se vai aumentar o volume; ao contrário, podemos manter o volume, aumentando a altura e diminuindo a largura. Há, inclusive, a preocupação de alguns vereadores com tubarões em Camboriú, talvez, porque, agora tem sombra no mar. Diminuindo a largura dos prédios, vai passar mais sol, vai ter mais luminosidade nas praças, aquelas que o vereador do PT, o Ver. Jonas, diz que vão ficar superlotadas, que não vão ter mais espaço. Eu acredito, sim, e quero colocar que acredito muito nos secretários que estão conduzindo esse projeto. O secretário Germano Bremm e o secretário Cezar Schirmer, que já foi deputado federal, foi prefeito de Santa Maria, uma pessoa experiente e que tem discutido com a comunidade, com as pessoas que estão à frente deste projeto. É um projeto importante para a cidade, e eu quero, sim – já que alguns vereadores disseram que não querem assinar – quero deixar as minhas digitais neste projeto que será aprovado na Câmara, porque, no futuro, daqui a 5, 10, 15 anos, as pessoas, assim como hoje vão à orla do Guaíba e dizem que Porto Alegre está no outro momento e que nós estamos de frente para o Guaíba... Nós ficamos a nossa vida inteira... Eu tenho 55 anos e passei mais de 50 anos de costas para o Guaíba e, hoje, todos nós temos o maior orgulho de falar da nossa orla do Guaíba, de dizer o quanto Porto Alegre está bela. Até mesmo o muro da Mauá, hoje, está muito mais bonito com uma intervenção simples e sem nenhum custo para o Município. Então, eu quero deixar a minha digital lá, porque vai chegar o dia em que vão dizer: "olha, os vereadores, daquela legislatura, fizeram uma grande modificação em Porto Alegre; Porto Alegre está mais bela, mais bonita, está trazendo mais desenvolvimento econômico". Eu canso de ouvir que eu venho da área do comércio, do desenvolvimento econômico; e, muitas vezes, vejo colegas de trabalho, supermercadista, reclamando do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, sobre as dificuldades, pois seria muito mais fácil atravessar a fronteira para Santa Catarina, porque lá tem mais facilidade; e geram empregos e desenvolvimento econômico lá. Eles estão crescendo, e eu quero trazer esse desenvolvimento econômico para Porto Alegre. O ideal, talvez, fosse discutir o Plano Diretor como um todo, mas não é possível ainda, e, tenho certeza, que, em breve, o secretário Germano, juntamente com o prefeito, com o governo, vai mandar o Plano Diretor da cidade como um todo para a Câmara. Então, quero começar discutindo pelo Centro; acho muito importante nós votarmos esse projeto e trazer desenvolvimento econômico, porque dignidade às pessoas a gente dá é

com o trabalho, não é com doação de cesta básica, mas que as pessoas tenham o trabalho. E o desenvolvimento econômico pode e deve começar pela nossa orla do Guaíba, pelo nosso Centro histórico, para gerar emprego. Muito se fala mal do Sinduscon, dos empresários de ônibus, dos empresários como um todo, mas quem gera emprego, renda, dignidade são os empresários. Eu quero ajudar os empresários, sim, a gerar emprego, e a construção civil, na indústria, é uma das atividades que gera mais emprego numa cidade. Nós estamos precisando gerar muitos empregos, porque o "fica em casa" em Porto Alegre, no Brasil, gerou desemprego, gerou pessoas que hoje estão passando necessidades. Eu quero dar essa virada em Porto Alegre e, talvez, Ver. Hamilton, seja pelo Centro de Porto Alegre, aprovando esse projeto e liberando para que se possa, sim, confiar nos técnicos da antiga SMAMS, que são técnicos e que estão lá. Todos os projetos vão ter de passar por aprovação. Eles são capacitados, sim; não podemos falar mal, como estão dizendo aqui, afirmando que os projetos vão ser aprovados por decreto. Não, nossos técnicos são muito competentes. Tenho certeza de que, em cima da lei que nós vamos aprovar, vamos gerar desenvolvimento e riquezas em Porto Alegre, e os técnicos vão dizer se pode ou não. Então, eu votarei contra sua emenda Ver. Oliboni, porque é mais uma Emenda que quer dificultar esse progresso da cidade de Porto Alegre. Vários foram contra a orla, vários foram contra o projeto do Parque Harmonia, quando diziam que seria privatizado o parque e que as pessoas não teriam acesso; hoje a gente vê que nada disso aconteceu. Tenho certeza de que, logo em seguida, vão estar lá, passeando, tomando seu chimarrão nos parques, nas praças, assim como estão na orla desenvolvida, trazendo turismo, trazendo pessoas de fora de Porto Alegre para a nossa orla. Então, esse projeto é bom; a sua emenda, infelizmente, é ruim porque dificulta o desenvolvimento econômico, dificulta a geração de emprego e renda na nossa cidade. Nós queremos, sim, cada vez mais, o desenvolvimento da nossa cidade. Tenho certeza de que estamos começando muito bem pelo Centro de Porto Alegre. Parabéns, secretário Germano, parabéns secretário Cezar Schirmer por estarem trabalhando com muita força e afinco pela nossa cidade. Muito obrigado, Presidente. Votaremos favoráveis ao projeto e contra a emenda do Ver. Oliboni.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 023/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, os nossos colegas vereadores e vereadoras e o público que está acompanhando a nossa sessão. A Emenda nº 01, apresentada pela nossa bancada, trata de um assunto que o projeto de lei permite, que é construção de edificações de moradias no Cais Mauá. Por isso que nós percebemos que este espaço público poderia

disponibilizar, para a comunidade, os possíveis investidores na área do lazer e da cultura, poderíamos até discutir os índices construtivos e um possível, quando revitalizado, o que vai acontecer com os armazéns do Caís, comércio, mas que não mudassem a visão logística e atual do Cais Mauá. Pela primeira vez, estamos ouvindo o governo municipal, e o governo do estado já falou disso, no sentido de que poderiam, no futuro, quem sabe lá, permitir a construção de moradias no Cais Mauá. Isso é ilegal, é inconstitucional, porque, para isso, tem a questão da Marina e uma série de questões importantes do meio ambiente que não estão sendo observadas no projeto de lei. Eu até acho um projeto ousado, nesse sentido, porque me parece que não tem lei que permita ou que autorize o governo municipal. Parece que o governo se acha dono do Cais Mauá. Não é o governo municipal o dono do Cais Mauá. Tem todo um processo para ser observado, como aconteceu, ao longo dos anos, aqui, para revitalização do Cais Mauá, quando o próprio governo estadual, também, se empenhou, em vários governos, para tentar liberar. É como que falar para gregos aqui, porque tudo o que nós apresentamos, parece que é inconstitucional. Nós apresentamos uma coisa legal, porque isso é inconstitucional, construir prédio de moradias nesse espaço do Cais Mauá. Como é, por exemplo, no espaço em que o Sport Club Internacional, o Beira-rio, quer construir um prédio com um número significativo de andares; tem que ter autorização da Câmara Municipal, porque aquele espaço não permite uma determinada altura, aquela que eles querem construir. Não é diferente no Caís Mauá, não é diferente em toda orla do Guaíba. Pois o governo apresenta um projeto de lei que, para ele, a Câmara, dando autorização, eles podem fazer. Não é assim que se governa, as entidades, como a própria Marina, como o próprio segmento de moradores do Centro podem entrar na justiça e embargar tudo, todo projeto. Nós estamos falando de parte dele, nós não estamos dizendo que estamos contra a revitalização do Centro. O Centro precisa ter um outro olhar, é óbvio. Mas aqui querer construir, entregar o Caís Mauá para a iniciativa privada, para construírem mansões. Por favor, vamos despoluir, primeiro, o lago Guaíba, depois, quem sabe, pensar em algo estratégico. Nós não estamos em Barcelona, pessoal; nós não estamos em Veneza, nós estamos num país subdesenvolvido. Porto Alegre é cercada por um cinturão de comunidades menos aquinhoadas, de trabalhadores, de desempregados. Como se observasse aqui: “vamos aumentar o índice construtivo do Centro e vamos criar um fundo para poder investir no próprio Centro”. Nós temos que criar um fundo para poder direcionar para a habitação popular, por exemplo. De quantas moradias precisa Porto Alegre? Não dá para pensar só no rico ou nas pessoas mais aquinhoadas. Lamentavelmente, o governo não é sensível a esse tipo de emenda; infelizmente, não é sensível. Mas isso aqui poderá ser embargado, como aconteceu, no passado, no Pontal do Estaleiro, vocês se lembram, no governo Fogaça? Foi realizado um plebiscito, e a população foi contra a construção de moradias ali, tanto é que, depois, foi aprovada área comercial; nem hoje permitem. Aumentaram o índice construtivo com votações suspeitas nessa Câmara, quando autorizaram isso, lamentavelmente. Olhem o que está acontecendo lá. Qual é o impacto que vai dar aquele empreendimento para a comunidade? Parece que não pensam nas pessoas, só pensam no dito desenvolvimento, nem mesmo pensam no impacto que vai dar, por

exemplo, com a revitalização do Centro em relação ao transporte público. Ninguém fala mais do metrô, lamentavelmente. Então, nós estamos pedindo a sensibilidade dos colegas vereadores para podermos ir avançando, aos poucos, mas, nesse aspecto de construir moradia no Cais Mauá, perdoem-me, mas, lamentavelmente, além de ser inoportuna, deslocada, a ideia é inconstitucional.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 023/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLCE nº 023/21.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 023/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Encaminho, então, emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores que têm como objetivo que os recursos auferidos com solo criado sejam destinados ao Fundo Municipal de Gestão de Território e ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para que através desses fundos os recursos sejam utilizados para fazer uma pesquisa e um levantamento das áreas subutilizadas que pertencem aos privados. Nós sabemos que no Centro existem diversos imóveis que são utilizados para a especulação imobiliária que não cumprem a sua função social, e através desses fundos arrecadados com a venda do solo criado é possível que possamos modificar essa realidade de Porto Alegre. O segundo o objetivo dessa emenda é que esses recursos também sejam destinados ao aluguel social, uma política muito importante e urgente que visa garantir que as pessoas que não têm renda suficiente possam ter uma moradia digna. Em terceiro lugar, o objetivo dos recursos auferidos e remetidos a esses fundos é que eles sejam utilizados para a recuperação de áreas degradadas do nosso Centro. Nós sabemos que existem diversos prédios que estão numa situação muito precária. Quero aproveitar a oportunidade também, me dirigir ao secretário Schirmer e ao secretário Záchia, me desculpar por algumas palavras indevidas que dirigi a eles no Twitter no final do ano passado. Quero aqui pedir desculpas, dizer que me excedi, que não são verdadeiras, e agradecer a compreensão dos nobres secretários. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 02 ao PLCE nº 023/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 03, 04 e 05 ao PLCE nº 023/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão todas destacadas.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Ok, retiro o requerimento, então.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 023/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa noite vereadores, Ver.^a Cláudia Fávoro, há pouco estava tendo uma discussão e alguns vereadores... Os vereadores que são mais de uma linha de defesa da acumulação capitalista como este na política, eles se horrorizaram com a hipótese de que nós tenhamos um tipo de política urbana como Cuba. Eu dizia para eles que em Cuba, Cláudia Fávoro, não há uma divisão como nos bairros dos países capitalistas, onde os pobres são segregados e os ricos moram nos seus condomínios de luxo; há uma situação de igualdade muito superior, e eu acredito que um bom plano urbano é, sim, um plano que busque construir uma situação de igualdade. Mas eu não tenho a ilusão que o prefeito Sebastião Melo tenha uma política urbana capaz de garantir igualdade, muito menos de defender que os trabalhadores mais pobres tenham um lugar de moradia mais próximo, onde nós temos os serviços mais importantes do poder público. Em geral, os próprios são afastados do Centro, e essa política do governo segue tendo essa lógica. Mas a emenda que eu trago aqui é uma emenda muito simples que prevê que um empreendimento que faça a adesão ao programa - e por isso as edificações ficam isentas do pagamento do solo criado -, tenha um prazo de cinco anos para realizar esses investimentos. Caso esses empreendimentos não realizarem os investimentos nessas áreas em que nós temos isenções - e nós estamos falando especificamente da área ali perto da rodoviária -, no prazo de cinco anos, se cobre, de modo pesado, uma tributação, porque não é possível que empresas tenham a adesão ao programa, tenham a isenção do solo criado, não façam investimentos e não sejam penalizados se elas não fazem investimentos. Então

nós temos uma emenda que simplesmente garante ao poder público uma certa pressão para que essas áreas não sejam simplesmente entregues, que elas sejam, sim, entregues, ou seja, o governo vai propor um mecanismo que beneficie esses empreendimentos, mas esses empreendimentos têm que ter um prazo para poder realizar investimentos sob pena de serem taxados pelo poder público. É essa a natureza da Emenda nº 03. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 023/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que assiste a essa sessão, já quase 20 horas. Por que decidem votar um projeto fatiado tarde da noite? Que interesses estão por trás deste projeto? Quem vai lucrar? Quem ganhará com isso? Certamente o povo sofrido não ganhará. Não ganharão as pessoas que precisam de habitação de interesse social. Por que não estamos votando aqui um grande projeto de regularização fundiária das periferias da cidade? Por que não interessa! Por que não estamos votando aqui que fosse um empréstimo, talvez internacional, para ter saneamento para todo mundo nessa cidade? Eu poderia ficar até meia-noite, uma hora, duas horas da madrugada aqui. Por que nós não estamos votando aqui a criação de novas escolas, investimento do dinheiro do povo em quem precisa? Estamos aqui votando o interesse de poucos especuladores, poucas pessoas que mandam na Prefeitura. E essa emenda é boa, Ver. Robaina, parabéns pela emenda. Se vai ter isenção, que se cocem, façam o que tem que ser feito. Tem que ter prazo! Prazo razoável, cinco anos. Cinco anos, dependendo da situação, é uma eternidade! Pessoas que precisam de saúde e pessoas que precisam de direitos sociais. Cinco anos é muito tempo! Cinco anos. Em cinco anos uma criança já completa sua idade e vai para uma escola. Cinco anos é muito tempo, então eu acho que essa emenda é muito boa. A pessoa tem que ter compromisso com a sociedade, não dá para deixar tudo para a especulação. As pessoas deixam lá os imóveis, terrenos, tudo para render dinheiro, e gente que tem já dinheiro apodrecendo na conta bancária. Milhões e milhões! Aí tem terrenos espalhados na cidade, tem espaços, Ver. Pedro Ruas, que estão lá rendendo, e algum dia... Agora tem espaço aí que eles vão vender no Centro Histórico, em outros lugares, e que falta espaço, muitas vezes, para a gente ter um lugar de distribuição de alimentos, como foi o que aconteceu com o MTST na Azenha, que o poder público não deixou. Queriam matar a fome do povo, Ver. Matheus, e não deixaram: "Aqui vocês não vão matar a fome do povo, aqui vocês não vão, aqui na Azenha vão passar fome, e esse vazio urbano vai permanecer". Está lá! Então acho que essa emenda ajuda a corrigir esse grande erro que é discutir fatiadamente o Plano Diretor. E eu questiono novamente: Por que não querem debater as periferias dessa cidade? Por que não querem debater os lugares em que o povo não tem de fato desenvolvimento urbano? Eu convido vocês, subam os morros da capital, vai aqui pertinho, no Morro Santa Tereza, vai ali na

Vila da Pedreira, no Cristal, onde não tem luz, não tem água, não tem esgoto e as pessoas estão lá sem saúde, sem assistência social, sem nada. Por que vocês não se preocupam com isso? Por que estamos até tarde aqui e não nos preocupamos com centenas de milhares de desempregados dessa capital? Por que não mandam para cá para a gente votar de madrugada para entregar a cesta básica para quem tem fome e criar emprego através da Prefeitura? Em outros tempos a Prefeitura ajudou, outros prefeitos ajudaram a criar empregos para quem não tinha, e este Prefeito ajuda a criar especulação imobiliária, um território de especulação. Território livre para especulação imobiliária é o selo que Melo quer dar a Porto Alegre, o conjunto da sua obra, obra privatista, obra entreguista, obra para uma minoria. O Centro Histórico precisa, sim, de obras reais, precisa ver onde precisa melhorar o saneamento onde tem que melhorar a energia elétrica, aqueles montes de fios pendurados nos postes do Centro Histórico, isso ninguém se importa, mas aquilo pode gerar um incêndio! Mas importa aqui que abram espaços para que as pessoas que já lucraram horrores, lucrem mais, e quem não tem acesso a serviços públicos continue não tendo, porque posto de saúde são poucos aqui na região; no Centro Histórico, vereadores Cecchim e Matheus, tem só o Santa Marta. Então, tem coisas que não estão sendo pensadas, e isso é ruim, isso fica nos anais da história. Eu estou colocando aqui, espero que vocês ouçam esse meu conselho e tentem reformular algumas coisas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda n° 03, destacada, ao PLCE n° 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda n° 03 ao PLCE n° 023/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente eu respeito muito a solicitação do Ver. Leonel Radde, mas nós acabamos de fazer uma chamada nominal para a votação. Por isso, peço que a verificação de quórum seja a da votação anterior.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos ter que fazer, vereador, são momentos regimentais diferentes. Embora a lógica, de fato, seja razoável, mas os instrumentos regimentais são diferentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao nosso diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Leonel Radde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada. Há quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 20h15min: Há quórum. Sigamos em frente.

Em votação a Emenda n° 04, destacada, ao PLCE n° 023/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, agradeço a gentileza, de fato, a inscrição deveria ter sido prévia. Vereadoras, vereadores, esta emenda, ela traz um aspecto que eu gosto de salientar, porque eu falei agora, há pouco, com o Rafael e com a Cláudia, do IAB, num tema específico, que me parece, Ver. Matheus Gomes, que ele é definidor de várias das ações nossas nesta Casa. Eu tenho dito que eu sou vereador desde os anos 80, não é de forma seguida, os mandatos são intercalados, são sete mandatos, contando de deputado estadual, que foi pela cidade também, e eu sempre entendi a Câmara, aliás, eu tenho muito orgulho desta Casa, como uma instância deliberativa, e é isso que é a sua vocação e o seu nascedouro. Mas há etapas da vida, como agora, por exemplo, nesse período mais recente, em que a Casa fica mais como instância homologatória. Isso é impossível de aceitar! Nós não podemos abrir mão do nosso papel legiferante e também fiscalizador. Esta emenda, ela traz exatamente essa possibilidade, Ver. Leonel Radde, por quê? Porque o art. 10 fica com a seguinte de redação, suprimindo o § 1.º, o *caput* do art. 10: "A consolidação dos gabaritos será regulamentada por lei complementar específica para cada um dos setores definidos no art. 5º desta Lei". Ou seja, não apenas por decreto, dizia o Rafael, dizia a Cláudia, não apenas por decreto discricionário, passageiro, sem legitimidade, mas por lei complementar, projeto de lei que seja, vereadoras e vereadores, examinado por esta Casa, para não ficar na simples vontade, no simples desejo, no simples, eventualmente, erro de um governante, que pode não ser este, quando se faz uma lei em princípio, ela é para sempre. Então, do que falamos nessas circunstâncias? Do poder de legislar e de fiscalizar que esta Casa precisa ter, o poder deliberativo. Repito, não é uma instância homologatória, não pode ser! Então há que haver consolidação dos gabaritos? Sim, mas por legislação específica, ou seja, lei complementar, Ver.^a Mônica Leal, que passe por esta Casa, que não seja somente o Executivo que defina. É nesse sentido o encaminhamento, portanto, Ver. Márcio Bins Ely, presidente da Casa, para a votação

favorável na Emenda n.º 04. Agradeço novamente, e para não haver erro algum, já me inscrevo para encaminhar a Emenda n.º 05. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n.º 04, destacada, ao PLCE n.º 023/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A proposta de emenda do Ver. Pedro Ruas, ela é uma proposta que exige alguma reflexão dos vereadores e das vereadoras, porque caso ela não seja aprovada, nós vamos ter a centralização no Executivo, no governo municipal, Ver. Oliboni, de tudo o que diz respeito aos cálculos, à consolidação de gabaritos, e quando nós estamos falando dos índices construtivos, nós estamos falando de uma capacidade de enriquecimento e de relações, entre os empresários e o poder público, muito poderosa. Tanto que nós sabemos muito bem que o Sinduscon sempre teve preocupação com a política municipal, com a composição da Câmara dos Vereadores, e sempre teve muita relação com muitos vereadores. Não com os do PSOL, que nunca aceitaram fazer parte das negociações que fazem com que muitas das políticas públicas sejam, simplesmente, elaboradas para responder aos interesses da especulação imobiliária ou aos interesses do Sinduscon. Então, conosco eles nunca tiveram relações de negociação, porque sabem que em nós não encontram possibilidade de negociação, a não ser que seja para responder aos interesses públicos, aos interesses dos trabalhadores. Mas esse projeto do governo, não é à toa que venha do governo Melo. O governo Melo sempre diz que é muito importante a Câmara dos Vereadores, o Poder Legislativo, mas o governo Melo, na prática, o que quer é uma Câmara de Vereadores subserviente aos seus interesses. Então o governo Melo tem a seguinte metodologia: coesão ideológica, por um lado, a gente não pode deixar de reconhecer que existe uma coesão ideológica na base do governo, que é uma base que unifica o “centrão”- conhecido “centrão” na política nacional - com o bolsonarismo, com as suas especificidades locais. Até porque o bolsonarismo está um pouco em crise, então vereadores que começaram muito entusiasmados com o Bolsonaro já não estão tão entusiasmados assim. Mas, há coesão ideológica, e há também um pragmatismo baseado na distribuição de cargos de confiança. E o governo Melo, com esses dois mecanismos, coesiona a Câmara, para que a Câmara responda aos seus interesses o tempo inteiro. Então, na verdade, é um governo profundamente centralizador, não é um governo que governa com a Câmara, a Câmara é só para assinar. Se fosse uma Câmara realmente preocupada em controlar, ela diria: "Não, vamos aprovar a emenda do Ver. Pedro Ruas, porque ela define que sejam leis complementares e não decretos do governo". Não decretos do governo! Não é o Melo sozinho. Olha o poder que o Melo quer ter! O Melo é um candidato a uma política autoritária, ele quer controlar a relação com os empresários poderosos desse setor, que está ligado à construção civil, e ele não quer sequer que os vereadores da sua base - porque conosco, não negocia, e nós não temos esse interesse... Mas os vereadores da base do governo não vão poder sequer, viu

Ver. Cecchim, o poder dos vereadores da base do Governo na relação com os empresários vai diminuir, porque a Câmara não vai valer mais nada se votarem o projeto tal como está, sem a emenda do Ver. Pedro Ruas. Não vai valer mais nada, porque vai ser por decreto, não por discussões legislativas por lei complementar, que é como deve ser. Essa é a proposta do Ver. Pedro Ruas. É muito bom que tenha debate, porque o governo não quer debater. Por isso é tudo na calada da noite; por isso que é tudo rápido; por isso que o Cassio Trogildo, que é o líder do governo aqui na articulação da Câmara dos Vereadores, imediatamente, falou com o Presidente Márcio Bins Ely, e vão fazer uma Sessão Extraordinária, depois que os vereadores do governo estavam não sei onde, porque não tiveram competência para dar quórum. Chamaram Sessão Extraordinária para votar sem debate público esse tipo de projeto que altera o Plano Diretor de modo artificial, fatiado, fazendo uma gambiarra, e não uma verdadeira política pública. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 023/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, muitas vezes é melhor ser surdo do que ouvir certas coisas; outras vezes é melhor ouvir do que ser surdo. Eu fiquei ouvindo o Ver. Robaina dizendo tanta coisa! Ver. Robaina, a nossa base é sólida, nós não precisamos negociar com nenhum empresário, não. Nós temos uma consciência com a população de Porto Alegre, o prefeito foi eleito com uma grande vantagem de votos, muitos votos. Os vereadores dessa Casa têm mais que dois terços, que representa a cidade. Ou vocês acham que é só quem votou em vocês é que é representado aqui? Ou só essa que é a população? Não. Eu respeito, mas não são. É uma minoria que votou em vocês, e cada vez vai votar menos. Vocês estão dividindo aí uma coisa com o PT, com o PC do B, daqui a pouquinho vai diminuir, "os puxadinhos" vão começar a tremer. Esta Câmara não é homologatória, porque nós ficamos a tarde toda ouvindo a oposição. Vocês não pensem que nós não subimos à tribuna porque não temos resposta. É porque achamos que não vale a pena responder. Nós temos um prefeito aprovado por mais de 85% da população de Porto Alegre, e aí vem um vereador aqui - não foi seu caso agora - dizer que o Melo não sabe administrar e não tem competência. Mas 85% não é ser competente? É ser competente! Formar uma base como tem aqui nesta Câmara, é o quê, Ver. Moisés? É competência e diálogo. E diálogo não quer dizer que temos que dialogar e aprovar o que a oposição fala, ao contrário, por certos discursos que eu ouço aqui, eu tenho certeza que eu estou certo quando eu sou contra. E eu vou continuar assim! O prefeito Melo tem aqui uma base sólida de vereadores e vereadoras comprometidos com a cidade. Os vereadores são comprometidos, as vereadoras são comprometidas com a população de Porto Alegre. Mas eu queria pedir licença para o Ver. Moisés, que é o líder da bancada

do PSDB e presidente do PSDB de Porto Alegre, para, em seu nome, agradecer o Ver. Robaina pela defesa que ele faz do projeto do Nelson Marchezan, de cobrar - não é dele esse projeto que ele fala que é dele, é do Marchezan... Ele fala tão mal do Marchezan, mas copiou o projeto dele para cobrar dos empresários, para cobrar de quem tem carteira. Então, Ver. Robaina, obrigado, em nome da bancada do PSDB, por defender tanto o projeto do Marchezan. Vossa Excelência está fazendo um excelente trabalho nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 04, destacada, ao PLCE n° 023/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que assiste a esta Sessão, colegas que estão aqui a mando do Melo, o Melo manda, e eles obedecem. É porque o Melo tem a caneta, é o Melo que botou um monte de cargos de confiança na Prefeitura; o Melo levanta a mão, eles baixam a cabeça. Nem que seja para mergulhar num buraco e votar coisas contra o povo. O projeto é o mesmo, é verdade, é o mesmo projeto: menos para o povo, mais para os megaempresários. E esta emenda é muito boa, porque ela traz à Câmara de Vereadores o poder que deve permanecer nela. Onde já se viu querer fazer as coisas por decreto! Então não precisa de vereadores, fecha a Câmara! Fecha a Câmara! A Câmara custa mais de R\$ 250 mil por dia. Para que uma Câmara se não é para trabalhar; para que uma Câmara se não é para defender a pluralidade? E o prefeito diz: "Não eu sou da democracia, eu defendo a Câmara independente". Ué! Depois quer fazer as coisas por decreto. Que maravilha, que vida boa ser prefeito por decreto, não precisa de vereadores na sua cola, no seu calcanhar, não precisa; também a cidade, então, não precisa de vereadores para fiscalizar, para olhar, até para ajudar a não errar. Sabem que tem gente que erra? Tem gente que erra, e erra muito. Eu lembro que lá, quando fizeram a licitação do transporte, disseram: "Vamos fazer essa licitação que vai reduzir a passagem", mas nunca reduziu, e eram o Melo e o Fortunati. Nunca reduziu a passagem, e eles entregaram a licitação; eles que fizeram, não foi o Marchezan. O Marchezan fez um monte de coisa errada, mas o Melo agora parece que vai continuar nessa mesma coisa de decreto, de "a Câmara não serve". Aí vem o Ver. Cecchim aqui e diz que tem uma ampla maioria; não queiram que eu diga como é que essa ampla maioria foi constituída, não queiram que este vereador explique tudo o que aconteceu no ano de 2021 na cidade de Porto Alegre. Não se faz maioria no Brasil e na estrutura dessa política com monte de partidos de forma simples. Não é tão simples assim! Não é uma adesão voluntária, em que o projeto é lindo, maravilhoso, cheiroso, abotoadinho e ajeitado. Não. O projeto do Melo, da Prefeitura, não é o melhor projeto para a cidade, não! A cidade já viu, a cidade já viu! E no ano que vem a cidade vai às urnas e vai dizer muita coisa. Falou que ia entregar isso e aquilo, e duas vezes neste ano não teve coleta de lixo, ficou o lixo apodrecendo nas calçadas. Esse é o projeto do Melo. Estamos com o DMAE em frangalhos, não nomeiam os

funcionários que tem que nomear, fica três dias um cano estourado porque não tem RH. E a saúde? Como está a saúde? Vão lá no HPS para ver, convido os colegas da COSMAM, acho que este ano vocês não foram no HPS ainda, têm a oportunidade de ir, em outros anos eu lembro que vocês, da COSMAM, foram. Chove na cabeça dos pacientes, em alguns lugares, esse é o projeto do Melo. Mas a prioridade é 20h33min votar pela especulação imobiliária no Centro Histórico, a prioridade não é consertar o que tem que ser consertado. Não quero nem falar dos parques e praças, eu fui ali no Marinha, é uma vergonha: os bancos esburacados, as placas velhas, a grama sem cortar. Mas o que é isso? Não tem gestor de parques e praças? O parque Marinha desse jeito e, do outro lado, a orla; aí tiram foto na orla, todo mundo fala da orla, tem gente que vai até de rodinha lá na orla, tira foto e diz que está uma maravilha, mas ali, do outro lado, o parque... Esse é o governo Marchezan... O governo Melo, desculpa, até me enganei, ato falho, porque eu não enxergo muita diferença... Essa emenda é boa, Pedro Ruas, muito boa. Parabéns, vamos votar nessa emenda, e esperamos que as pessoas aqui, os vereadores e as vereadoras também votem. Eu fico realmente, muitas vezes, triste; não enganado, Ver. Cecchim, porque eu não me enganei com o Melo, eu sei quem é o Melo e quem é MDB, mas fico triste pelo povo, que poderia estar construindo um plano diretor como um todo, mas estamos aqui discutindo um bairro muito importante, mas só um bairro. Porto Alegre tem centenas de vilas desassistidas. Queria convidar vocês também a olhar para essas vilas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 04 ao PLCE nº 023/21.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 023/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, público que nos assiste ainda neste horário pela TVCâmara e que nos dá a honra da presença aqui, onde eu faço uma menção especial ao Rafael e à Cláudia, com quem nós conversamos bastante sobre o tema das emendas. E a essa emenda em particular, é interessante, Ver. Oliboni, salientar o seguinte: ela surgiu no governo, isso aqui estava no governo, no projeto original do governo; após a chamada audiência pública do governo, antes de vir para cá o projeto, foi retirada. Um dos

maiores dramas da nossa cidade, há muitos anos eu falo desse tema, é habitação. Nós não temos programa de habitação popular, não temos. Aliás, de resto, o programa de habitação popular que funciona no Brasil é a ocupação; o resto, não funciona nada, nada! Nunca houve um programa mais eficaz ao longo da história que a ocupação. Aqui havia uma chance. O próprio governo, Ver. Matheus Gomes, pensou sobre o tema, mas essa parte foi retirada do projeto, e nós a recolocamos por emenda. O artigo 7º, inciso VI, dizia o seguinte: “Ações visando ao atendimento da Demanda Habitacional Prioritária, envolvendo...”, isso continua, mas todo o resto – itens “a”, “b”, “c”, “d” e “e” – desapareceu, não tem mais no projeto. Portanto, Ver. Oliboni, não há qualquer atenção aqui à habitação, V. Exa. sabe disso, já viu antes a emenda, já colocou uma emenda nesse tema. Há muitos anos, a CNBB tem um *slogan*, como se fosse uma síntese da situação em cada ano; cerca de 30 anos passados eu lembro de uma que me marcou muito. Ela dizia assim: “Onde moras?” E a explicação era: quem não puder responder essa pergunta, não tem cidadania plena. Quem não pode dizer onde mora, porque não mora, não tem endereço, não tem cidadania plena, há 30 anos passados dizia a CNBB, não é nenhum órgão socialista, mas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Esse é um dado que importa muito num projeto gigantesco como esse, a um custo – e aqui trouxe os dados Ministério da Economia o Ver. Matheus Gomes – de R\$ 1 bilhão. Não pode ter projeto para habitação popular em imóveis que não cumprem sua destinação social? Aqui na esquina da Rua Gen. Câmara com a Rua Gen. Andrade Neves nós tínhamos, e temos, um imóvel que durante alguns anos, Rafael, foi ocupado por famílias autodenominadas Lanceiros Negros. O Ver. Roberto Robaina esteve comigo lá, eu estive várias vezes lá, aquelas famílias, durante mais de dois anos, deram dignidade àquele local e usaram corretamente aquele local. Antes de elas estarem lá, o local era abandonado e não havia ninguém; estando lá, o local foi cuidado. Quando elas foram despejadas, numa ação terrível por parte do Poder Judiciário e da Brigada Militar, eu estava lá, o deputado Jeferson Fernandes, meu colega e amigo foi preso, inclusive. Eu disse para aqueles senhores do Judiciário, oficiais de justiça, e da Brigada Militar: vocês estão tirando essas famílias, vocês vão colocar ao relento mais de 50 famílias, e não haverá nada nesse local. Já se passam cinco anos e não há nada lá, nada! Não tem função social.

Concluo, Presidente, para dizer que o projeto poderia ter uma destinação do Centro para os imóveis que não cumprem função social. A nossa emenda traz essa possibilidade: aquilo que o IAB imaginou está nessa emenda, e nós queremos a sua aprovação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 023/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse fatiamento de uma discussão que devia ser integral: plano diretor como um todo.

Nós, nessa emenda, temos que lembrar da Carta Constitucional, a Carta Magna de 1988: a propriedade deve atender ao interesse social, ela tem que cumprir a função social. Não é possível! Nós temos prédios, no Centro Histórico, parados, apodrecendo no tempo, e o poder público nada faz. Enquanto nós temos pessoas morando nas ruas, pessoas juntando comida do lixo, esses espaços poderiam ser espaços de formação humana, espaços educacionais, espaços assistenciais. A assistência social no Brasil e em Porto Alegre está abandonada, porque esses governos bolsonaristas não acham que o direito à moradia previsto na Constituição deve ser respeitado, implementado e se constituir em política pública real. Por isso parabênzo o Ver. Pedro Ruas pela emenda. Nós precisamos, em Porto Alegre, estabelecer prioridades reais para quem mais precisa, e o prefeito não faz isso. É o prefeito que terceiriza as praças: ele entrega o diploma de prefeito da praça para as pessoas; virou isso, ele não quer nem cuidar das praças, ele quer que alguém cuide das praças. Quer dizer, ele não vai nomear servidores? Isso tem que ser uma responsabilidade pública. Está terceirizando tudo. E habitação de interesse social está lá na secretaria, criou uma secretaria dentro de um departamento, até hoje eu não consegui entender isso, e ninguém conseguiu explicar, também. Agora, aqui, temos a chance de apoiar, inclusive, esse secretário de habitação, para que esteja prevista a construção do direito a morar na cidade. Regularização fundiária, falam disso, lutam por isso, mas pouco fazem. No Centro Histórico, os vazios não são ocupados, são objeto de especulação. Como pode um megaempresário manter um prédio vazio, gente? E o poder público – governador, prefeito – ninguém faz nada, enquanto lá embaixo, na rua, Ver. Oliboni, tem uma pessoa morando ao relento. Que consciência tem um político que caminha nas ruas do Centro Histórico vendo cidadãos que têm CPF, que têm nome e sobrenome, têm história, mas não têm lugar para morar? Por isso essa emenda é positiva, essa emenda vem para tentar instalar o que está previsto na Constituição, que as propriedades atendam ao interesse social, uma função elas têm que ter! Não pode ser um vazio para os morcegos morarem; as pessoas têm que estar em primeiro lugar; as pessoas, prefeito, as marias, os josés têm que estar em primeiro lugar, não o CNPJs! O senhor abraça nomes fantasia, razões sociais e vira as costas para os trabalhadores e para as trabalhadoras, mais de 5 mil em situação de moradia de rua, fora os que estão em situação de moradia precária: mais de 800 aglomerações, vilas, microespaços irregulares, porque não tem o mínimo – saneamento, água, não tem água na torneira –, e aqui, no Centro Histórico, os vazios que poderiam transformar a vida das pessoas. Se o senhor fizer, de fato, que a função social seja respeitada nas propriedades do Centro Histórico, eu serei o primeiro a bater palmas; agora, se o senhor continuar nessa toada privatista, fatiando a discussão do Plano Diretor, o senhor está equivocado, está errado, está mal aconselhado, seus conselheiros talvez estejam mal-intencionados, não querem lhe ver bem na cidade, querem puxar o seu tapete. Olho aberto, porque esse PL só serve para ajudar a enterrar o seu projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda n° 05, destacada, ao PLCE n° 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda n° 05 ao PLCE n° 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, queria fazer uma retificação. Na Emenda n° 04 ao PLCE n° 023/21, não ficou registrado o seu voto "não". Gostaria de corrigir os registros informando que o voto do Presidente Márcio Bins Ely, na Emenda n° 04, foi "não", e eu deixei de registrar no tempo devido.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Mensagem Retificativa n° 01 ao PLCE n° 023/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade do Ver. Matheus Gomes.

Em votação o PLCE n° 023/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBINI (PT): Nobre Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; venho aqui, em última manifestação, dar a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores - Ver. Jonas, Ver. Leonel, Ver.^a Laura e este vereador. Nós queremos fazer uma crítica pontual, construtiva, ao governo, Ver. Cecchim, no intuito de poder reavaliar, do ponto de vista político e democrático, que, nas próximas regiões da cidade não seja fatiado o plano diretor, com todo respeito, porque aqui foi só o Centro da cidade.

Quantas regiões diferenciadas nós temos na nossa querida Porto Alegre? São 17 regiões do Orçamento Participativo. Nós temos que criar um mecanismo para a sociedade participar. É muito diferente o senhor discutir, lá no Menino Deus, no Moinhos de Vento, no Praia de Belas, no Cidade Baixa, em vários lugares da cidade nós temos uma realidade diferenciada: uma região é mais comercial, outra é mais residencial. Em algumas regiões muito adensadas, eu diria, comercial, por exemplo, não se tem praça pública. Em algumas regiões, há muito mais praças públicas, como no bairro Partenon/Intercap, onde há bastantes praças, e, no entorno, não tem praça.

Hoje acontecem em Porto Alegre empreendimentos que dão uma compensação significativa para a cidade, para o poder público. E o poder público pode, na compensação, destinar um instrumento público, que pode ser uma praça, um posto de saúde, uma escola, uma creche, para poder viabilizar o que a comunidade está

solicitando. O poder público tem que perceber que, quando nós falamos no Plano Diretor, não podemos falar somente de um bairro da cidade; nós temos que falar de toda a nossa querida Porto Alegre. Por isso, aqui, em todos os planos diretores, foi criada uma comissão, Ver. Cecchim, e foi dividido por temáticas: cultural, econômica, esportiva, transporte urbano... Em cada temática, tinha um vereador que coordenava aquela temática e se faziam audiências públicas lá na comunidade, para ouvir a comunidade, para saber o que ela estava demandando.

O que aconteceu com este primeiro passo do governo Melo em relação ao Plano Diretor? Foi o Centro da cidade, discutindo com um segmento, o empresariado, aqueles que têm interesse econômico. Foi discutido com outro segmento? Não foi. Portanto, o método adotado pelo atual prefeito, com relação ao primeiro debate do Plano Diretor, foi completamente equivocado, no parecer da bancada do PT, muito equivocado. Não dá para atender só aqueles que têm interesse em empreendimentos na orla do Guaíba agora, porque está ficando bonita, revitalizada com dinheiro público, e imaginar que as outras regiões que precisam de instrumentos públicos não possam nem participar. Portanto eu, tenho certeza que, no próximo ano, com a presidência que deve ser do Ver. Idenir Cecchim, a base do governo está trabalhando nesse sentido, que o governo abra uma discussão nesse sentido. O governo ganha, a Câmara ganha abrindo o debate com a sociedade, saber o que ela quer na sua região, porque é na sua região que se pode aumentar o índice construtivo. Nós temos algumas regiões, posso citar a grande Partenon, São José, onde eles querem aumentar o índice construtivo, não querem que fique só nos quatro andares. É preciso que se tenha uma discussão com a sociedade, porque os terrenos, ou áreas, não podem ser valorizados somente onde os ricos dominam, aquele patrimônio, eu diria, nós temos que avaliar do ponto de vista estrutural, o que é importante também, próximo a universidades, e também não só aumentar o índice construtivo de uma forma que não se tenha uma compensação discutida, avaliada pela Câmara e pelo governo.

Portanto, a bancada vai votar contrariamente, mas faz um apelo para que não se faça mais um Plano Diretor fatiado. É a primeira vez que nós vimos uma capital fazer ou utilizar desse método. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Márcio, colegas vereadores e vereadoras, eu me inscrevo nesse momento para dizer, em primeiro lugar, que o Ver. Oliboni apresenta uma posição que é interessante. Eu, particularmente, fui, na última mudança do Plano Diretor, na revisão que fizemos, o relator do Centro Histórico e do Cais Mauá. Participei também, agora, nessa semana, da audiência pública que tratou do projeto que nós estamos votando hoje e eu ouvi as manifestações, muitas delas até pertinentes, muitas delas muito sensatas e importantes.

Eu vou votar favorável ao projeto, porque compreendo, nós vimos discutindo há muitos anos, há décadas, a situação em que se encontra o nosso Centro Histórico. É preciso um olhar diferente. Passaram muitos prefeitos, cada um fazendo a sua parte, mas nós temos um Centro Histórico de Porto Alegre que tem deficiências históricas, portanto, não nos resta outra possibilidade senão votarmos favoráveis ao projeto, na expectativa de que haja ou aconteçam mudanças significativas no Centro. Vou votar favorável e acredito que estas mudanças são extremamente necessárias para uma, entre outras, revitalização. Eu ouvi, na audiência pública, da não revitalização, mas, com todo respeito, eu acredito que a revitalização do Centro é indispensável. Precisamos ousar, e vamos começar pela nossa Av. Mauá. Precisamos, sim, de modificações, de projetos de incentivo para que se venha a criar, a constituir propostas que tragam melhoramentos para o Centro. Por isso, eu vou votar favorável e concordo, sim, que as próximas modificações e/ou propostas para o nosso Plano Diretor precisam de comissões temáticas para discutir cada tema, como falou o Ver. Oliboni. Portanto, vou votar "sim". Um abraço para vocês, e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, público que nos assiste, que nos dá a honra da presença; parto do final do que disse o Ver. Ferronato: todos somos a favor da revitalização do Centro, da Restinga, do Navegantes, do Humaitá. Não é essa a questão. A questão é: A que preço? De que forma? Essas são as questões. Nós não estamos divididos aqui em blocos contra e a favor de revitalização de qualquer bairro, iniciando pelo Centro da cidade, ou pelo Centro Histórico. Não, Ver. Oliboni, todos somos a favor de revitalização, mas temos que ver de que forma é, o que é a revitalização e o custo. Claro que sim! Ou alguém é contra a revitalização da Restinga? Não. Nós vamos saber do que se trata isso, se trata de um distrito industrial na Restinga, se trata da construção de casas populares, se trata de termos lá, de fato, um acesso maior e importante de ida e vinda, novas linhas de ônibus, capacidade no comércio mais amparada. Do que se trataria? Como se fala agora no bairro Navegantes!

Então não há um setor contra e outro a favor de revitalização. Há um setor que está localizado na oposição, aqui, que de fato questiona a forma e o custo disso. Por óbvio, nós levantamos as hipóteses, porque são naturais num sistema como esse, num projeto tão amplo, de quem vai ganhar e de quem vai perder. É natural que se levante o debate. Na verdade, eu diria necessário, porque nós sabemos que a especulação imobiliária tem um enorme interesse nisso, gigantesco interesse. E sabemos, até pela rejeição da Emenda nº 05, que traduzia uma vontade inicial do governo, que não há interesse em discutir a função social da propriedade, não há interesse na moradia popular, não há interesse, de fato, em discutir os próprios vazios urbanos no Centro

Histórico. Não há esse interesse. Então, quando verificamos o que não há e o que há, nós nos posicionamos contrariamente. O projeto, na nossa opinião, tem que ser rejeitado. Ele não é bom para cidade. As pessoas não vão verificar isso agora, no ano que vem, talvez no outro, mas em 10 anos saberão, não tenho dúvidas. Nós teremos uma dívida monstruosa com alguns empresários e incorporadores que ganharam muito dinheiro, mas que não houve uma mudança efetiva, real para a sociedade. Não houve. Não houve aumento de moradias, não houve aumento de emprego, não houve aumento de acesso, não houve nada disso, não ocorre isso. E nada acontece por acaso.

Então, o projeto é definido, determinado para, com um corte de classe, beneficiar determinados setores em detrimento de outros. E esse projeto tem essa característica de maneira muito intensa, porque ele é muito grande. Ele é importante no sentido do seu tamanho, mas ele vai aprofundar diferenças, vai aprofundar a desigualdade, ele vai nos colocar, de fato, numa situação em que Porto Alegre fica devedora e não se cria nada. Eu vou dar um exemplo. Alguém seria contra a revitalização da Usina do Gasômetro? Não, ninguém é contra isso. Mas eu fiz uma denúncia nesta Casa e tentei iniciar um processo de CPI, inclusive, é porque são cinco anos de obras na Usina do Gasômetro, e ela está fechada, interditada, e já são gastos quase R\$ 20 milhões. E começou no governo Marchezan, não começou no governo Melo, na verdade, até um pouco antes, vem lá de 2017 a primeira licitação. Alguém é contra que a Usina do Gasômetro seja o cartão postal de Porto Alegre? Ninguém é contra. Agora, e o custo disso, quase R\$ 20 milhões já gastos de uma área que não é nossa, porque aquela área era da Bond&Share e foi encampada no final dos anos 1950, pelo governador Leonel Brizola, com a força do governo do Estado. Com a ditadura militar, ela passou para propriedade da Eletrobras. Ela não é de Porto Alegre, e ali está sendo gasto dinheiro em uma usina que não fica pronta nunca! E não é de Porto Alegre, não pertence ao Município. O nosso cartão postal não pertence à cidade.

Concluindo, Presidente, ninguém é contra a revitalização, o que nós discutimos é a forma e o custo. Nesse sentido, votamos contra esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE n° 023/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Esse projeto de revitalização do Centro Histórico, por desprezar frontalmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre – PDDUA, deve ser debatido a cada 10 anos, construído de maneira democrática entre a Câmara de Vereadores e a sociedade civil. Trata-se, na minha opinião, da principal afronta antidemocrática que o prefeito Sebastião Melo faz com a cidade de Porto Alegre no ano de 2021. Não tenho dúvidas que o Centro Histórico é o coração da cidade de Porto Alegre, todos nós sabemos. Inclusive, pela organização socioespacial da nossa cidade, o Centro reverbera assim.

Muita gente passa pelo Centro, de todas as regiões a nossa cidade, diariamente. Que ele precisa ser revitalizado, transformado, nós também não temos dúvidas. Agora o projeto, como foi apresentado, com menos de 60 dias de trâmite, com uma audiência pública que aconteceu ontem, com uma negativa de fazer um debate aprofundado sobre o que está sendo proposto aqui, fragmentando o PDDUA, e repito mais uma vez, a discussão sobre o adensamento que está sendo proposto, de quase dobrar a população do Centro, não foi explicado, em momento algum, de que forma vai se desenvolver. Não foi explicado! Nem como ela se combina com outros projetos que o governo está apresentando, nesse momento, com outras políticas de habitação que seguem colocando a população negra e periférica da nossa cidade cada vez mais distante da região central. É isso que está ocorrendo.

Nós conhecemos a história de Porto Alegre. A gente sabe como a população pobre e negra saiu do Centro, na década de 1950, 1970, primou uma lógica, aqui em Porto Alegre, com ideias... Tinha um *slogan* muito interessante, para gente refletir sobre o caráter delas, "remover para promover". A população pobre e negra de Porto Alegre foi removida da região central, de onde era a colônia africana, de onde era a Ilhota, da região da Cidade Baixa. Eu não creio, pela forma como vem se desenvolvendo a política e o discurso do prefeito Sebastião Melo, que, quando ele fala de algum erro de ter tirado a população do Centro, ele está se referindo a esse processo. Não nos parece, de forma alguma, porque as políticas habitacionais para esse segmento da população seguem sendo de jogar para periferia, onde não tem direito social constituído, onde nós não temos saúde de qualidade, educação, transporte. No Centro da cidade, nós não cremos que vai morar, nesse momento, a população trabalhadora; bem pelo contrário, já não é assim.

É muito importante a gente pensar também sob o aspecto do endividamento que esse projeto vai causar para cidade de Porto Alegre. Nenhum vereador da base governista subiu a esta tribuna para discutir esse tema. Não apareceu essa discussão. Mais de um bilhão comprometidos por mais de uma década, o que vai afetar diretamente várias áreas sociais da nossa cidade, e é uma dinâmica que vem ocorrendo aí no último período, vários empréstimos dessa natureza comprometendo as finanças públicas. É para isso que a Prefeitura quer ter *superávit* anual, como a gestão passada, que tem em comum o viés neoliberal, para garantir a possibilidade de endividamento com essas instituições internacionais, enquanto os direitos sociais da nossa população ficam relegados a segundo plano? Esse é o objetivo? Nós não temos dúvidas de que se trata de uma divisão de interesses que está ficando cada vez mais nítido quando a gente olha para o Centro Histórico, para o que está sendo proposto para orla em toda sua extensão, nos seus 70 quilômetros, divisão de interesses empresariais, da construção civil que quer erguer os seus no espigões, no Golden Lake, os condomínios de luxo na Ponta do Arado, para um segmento específico de um comércio, que quer fechar espaços que poderiam ser de uso público, que historicamente, na cidade de Porto Alegre, foram ocupados pela economia solidária, por segmentos culturais, como é o caso do projeto do Cais. É isso que está acontecendo. A fragmentação do Plano Diretor é uma fragmentação de interesses corporativos da burguesia nacional e internacional que cada

vez mais começam a voltar seus interesses de investimento para a cidade de Porto Alegre, enquanto a nossa população tem negado o direito ao debate. É um ataque à democracia o que está acontecendo hoje, e nós precisamos, sim, fazer um alerta para a população de Porto Alegre: se aprovado esse projeto, acaba qualquer perspectiva séria de discussão de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Não adianta ir lá para COP26 fazer promessas, vincular Porto Alegre com metas que não vão ser cumpridas, porque não há preocupação com essa discussão aqui. É um absurdo o que está acontecendo hoje, por isso que nós votamos contra esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente, vou tentar fazer a minha fala um pouco mais breve. Eu gostaria de defender, Ver. Pablo, justamente os mais pobres, os mais distantes do Centro, aqueles que mais vão se beneficiar desse tipo de projeto e contrapor os argumentos de que nós não debatemos o tema, ou mesmo de que isso vá privilegiar uma casta mais enriquecida da cidade. Pelo contrário, acho que isso é um grande desconhecimento dos fatos.

Nós temos por tradição no Brasil, Ver. Moisés, com quem eu compartilhei um programa de rádio recentemente falando sobre o assunto, nós temos uma tradição no Brasil de ter cidades muito pouco densas. O bairro mais denso de Porto Alegre é o bairro Bom Fim, com cerca de 32 mil habitantes por quilômetro quadrado, e o nosso Centro Histórico tem a metade disso, por volta de 16 mil. E densidade populacional em zona urbana significa desenvolvimento, significa qualidade de vida, significa redução do custo de vida na cidade, especialmente se ela está bem ordenada, como é o caso do Centro, consolidado já na cidade de Porto Alegre. O que acontece com a população mais pobre é que hoje nós impedimos a população mais pobre de morar no Centro de Porto Alegre. Nós impedimos, aliás, a população mais pobre de morar em Porto Alegre. A população mais pobre, quando não mora na periferia da cidade, Ver.^a Nádia, mora em Gravataí, em Canoas, em Cachoeirinha, em Viamão, em Guaíba, em Eldorado, por quê? Porque nós estamos impedindo o desenvolvimento da oferta de moradia para essa população.

Outro ponto importante também sobre geração de empregos, conforme nós temos regiões mais adensadas na cidade, nós oportunizamos que o empreendedor de bairro, o dono do mercadinho, o dono da farmácia, o dono do boteco possa ter mais sucesso no seu negócio de bairro porque tem mais gente morando perto dele. E ele cria empregos, ele cria renda, ele ajuda no desenvolvimento da cidade. Portanto nada mais favorável aos pobres do que projetos como esse de revitalização e adensamento de zona urbana preparada para isso. Aquele discurso de que está favorecendo uma classe, uma elite, ele é um discurso panfletário que não condiz com a realidade dos fatos, especialmente quando nós vemos onde moram aqueles que o fazem, porque a maior

parte daqueles que fazem discurso contra os espigões, contra os empreendimentos imobiliários não estão nas regiões periféricas da cidade morando em regiões de baixa densidade e em casas, estão eles também em prédios, em condomínios, em regiões de maior densidade, porque eles querem ter acesso a serviços públicos e privados de qualidade, eles entendem que isso é bom para a vida deles e de suas famílias, mas eles querem negar isso ao resto da cidade, querem negar isso ao resto da população. Nós não podemos deixar que essa lógica antidesenvolvimentista e antipobre, porque elimina essa população da cidade, expulsa ela de Porto Alegre, prevaleça.

Nós temos um dado muito interessante sobre o nosso Centro de Porto Alegre, a população que reside no Centro, que é de 8%, ela é uma pequena fração daquelas pessoas que passam pelo Centro da cidade, que trabalham no Centro da cidade, que são muito superiores, são quatro, cinco vezes maiores. Ou seja, nós transformamos o Centro num deserto de passagem; trazer a população para morar no Centro é, portanto, fazer com que haja mais segurança nas calçadas, mais vida nas ruas, mais recursos para que esse grande condomínio, que nós chamamos de cidade possa retornar em serviços de educação, de saúde, em atendimento, especialmente para os menos favorecidos. Os dados do Secovi do Rio Grande do Sul mostraram que, em maio de 2021, nós tínhamos 2.408 imóveis disponíveis para locação e, 922, para venda, cadastrados no Centro Histórico; e desses, 45% são salas e conjuntos comerciais. Nós precisamos otimizar esses espaços desocupados, fazer, por exemplo, a miscigenação de uso, flexibilizar para que possa ter residencial e comercial, fazer com que a gente ocupe espaços que estão ali postos, construídos, para que não só retornem em impostos para o Município, como também retornem em vida para a cidade. Com a vida no Centro se traz toda uma miríade de serviços também para o Centro. Então, quando a gente olha para os objetivos desse projeto de reabitar os edifícios que estão degradados, de melhorar as condições de habitabilidade, de funcionalidade, de espaços que estão edificadas, de recuperar a função residencial do Centro Histórico, tudo isso é positivo para a cidade, eu não consigo ver nenhuma dificuldade. E aqui vai uma correção também, nós não estamos fazendo debate sobre o Plano Diretor do Centro, isso aqui é um projeto de revitalização do Centro, o Plano Diretor é um debate muito mais aprofundado que pega “n” outras variáveis e que será feito. Então, há uma mistura de conceitos aqui que prejudica o entendimento daquilo que é a finalística deste projeto. O que nós estamos entregando hoje para o cidadão, Ver. Cecchim? Estamos entregando um projeto de redução de custo de moradia e de aumento de qualidade de vida para a cidade de Porto Alegre, por isso o NOVO encaminha favoravelmente.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, eu não vou usar os cinco minutos, só vou dizer parabéns à base, porque aguentar esse discurso até essa hora

na mesma linha, sabendo que nós vamos ganhar, sabendo que nós temos maioria, sabendo que Porto Alegre quer progredir. Porto Alegre quer olhar para frente, nós aguentarmos até agora, aguentaríamos até à meia-noite, não tem problema, porque nós queremos o bem de Porto Alegre. Aquele discurso sempre retrógrado, aquele discurso sempre atrasado, contra tudo... Parabéns à base! A nossa paciência é muito grande. Imaginem aquele que está em casa, sabendo que nós queremos a revitalização da cidade. E agora nós estamos discutindo o Centro, nós, o Ver. Cecchim é testemunha de que a gente quer também o desenvolvimento das regiões, de várias regiões da cidade, mas, neste caso hoje, é o Centro. Então, parabéns a todos e que tenham uma boa-noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, só para constar, não poderia deixar de fazer, eu queria aqui cumprimentar o secretário Germano, a equipe do secretário que preparou este projeto, e dizer ao secretário Schirmer que a bola já está com ele agora. Eu até conversei com a oposição e disse: “Olha, já que será 24 a 10, quem sabe nós fizemos assim: 22 a 10 e sem votação”. Seria uma grande vantagem para oposição, mas eu acho que não pode fazer assim. Então, vamos à votação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa noite, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, público que ainda está aqui presente. São 21h30min, e eu quero dar parabéns aos vereadores, pois nós estamos aqui trabalhando por Porto Alegre. Parabéns aos vereadores da base do governo, parabéns aos vereadores independentes, porque estes, apesar da tentativa de retirada de quórum, da tentativa de não poder votar este projeto tão importante, resistiram e mostraram que esta Casa tem vereadores que pensam em Porto Alegre. Quero parabenizar também o secretário Germano e toda a sua equipe por estarem fazendo o melhor que podem, principalmente para o Centro Histórico. Quero aqui agradecer ao colega Pedro Ruas, é a primeira vez que estou subindo hoje aqui nesta tribuna, quero agradecer suas gentis palavras. Eu acho que essa é a fidalguia tão importante entre nós, vereadores, as condições de debate são na tribuna. Sabemos que descemos da tribuna e todos somos parceiros aqui, independentemente de nossos ideais, as coisas corretas, justas devem ser faladas, então eu lhe agradeço as gentis as palavras.

E quero dizer que o Centro Histórico é um cartão postal de Porto Alegre, não pode o nosso Centro Histórico estar do jeito que está, com cheiro de xixi, com um banheiro ao ar livre, com vende-se e aluga-se em muitos locais. Nós precisamos que o Centro Histórico reflita e repasse para aqueles que moram em Porto Alegre e para aqueles que vêm conhecer a nossa cidade que nós temos uma cidade acolhedora, um Centro Histórico revitalizado, um Centro Histórico que cuida do empreendedor, que cuida do trabalho, que cuida da habitação, porque essas três coisas podem coexistir apesar de a oposição achar que não, apesar de, muitas vezes, estarem falando que aqui o que manda é o capital. Ao contrário, aqui o que manda é o Centro Histórico, que precisa, que urge de cuidados, de limpeza, de boa apresentação. Conheço vários empreendedores que colocaram suas lojas, suas salas para vender ou para alugar, porque infelizmente o Centro Histórico não é tido como um bairro nobre. E é isso que o prefeito Mello e o vice-prefeito Ricardo Gomes querem fazer, fazer com que o Centro seja algo com que as pessoas se alegrem, que tenham orgulho do Centro da cidade e que seja referência para todos os outros centros das capitais do Brasil.

Quero dizer, Ver. Robaina, que se tem aqui nesta Casa vereadores que negociam com Sinduscon, isso tem que ser denunciado, isso é grave. Essas denúncias... se vereadores negociam projetos, votação com Sinduscon, nós devemos denunciar, e eu sou sua parceira nisso, porque isso não está correto, aliás me parece até um tanto quanto criminoso.

Quero dizer ainda que os vereadores, quando não têm aquela eloquência, não têm mais razão, muitas vezes, no que falam, acabam atacando o governo municipal quando não se vota como eles desejam, infelizmente, o ataque é a primeira coisa que acontece. Isso não é legal, porque nós conhecemos Sebastião Melo e sabemos que ele é um homem de diálogo, é um homem de debate e é um homem que tem feito essa conversa com todos. E mais do que isso, conversar, debater não significa concordar, Ver. Pablo, e isso nós temos que ter em mente, discutir, debater não significa concordar, e me parece que a oposição, muitas vezes, os mais jovens que hoje aqui estão como vereadores entendem que dialogar deve ser concordar.

Esta sessão não é de solavanco, esta sessão já deveria ter acontecido. Para concluir, quero dizer que a lógica de nós estarmos até às 21h30min é que, logo em breve, nós estaremos entrando em recesso, e a cidade tem pressa e os porto-alegrenses têm pressa. Aprovar este projeto fala para o secretário Germano e para o secretário Schirmer: “Toquem as obras adiante”; dizer para os empresários, para os empreendedores e para as pessoas que precisam trabalhar: “Venham que aqui nós somos amigos de quem quer empreender no Centro Histórico”.

Então, Presidente, quero dizer que iremos votar “sim”. E quero dizer para o Ver. Jonas que o Canta Galo é em Viamão e não é em Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 023/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Márcio Bins Ely, caríssimos colegas, mais cedo tivemos aqui uma votação a respeito de isenções do transporte público, as galerias inclusive estavam lotadas aqui ou parcialmente lotadas, tratando sobre isenções e medidas necessárias na cidade para que nós tenhamos uma passagem de ônibus mais barata. Eu costumo dizer, em debates, em participações, secretário Germano Bremm, costumo falar que a pauta da mobilidade urbana certamente não será vencida no curto e médio prazo. As medidas que são necessárias para que nós possamos reduzir o custo da passagem de ônibus dizem respeito a áreas que talvez diretamente as pessoas não façam a vinculação, mas a revisão do Plano Diretor da cidade como um todo, e muito especialmente das diretrizes urbanísticas do Centro Histórico de Porto Alegre, de regiões como o 4º Distrito, dizem diretamente respeito à mobilidade urbana da cidade. E por que isso? Porque Porto Alegre adotou uma medida de urbanismo, uma política habitacional equivocada ao longo das últimas décadas. A cidade se espalhou, fizemos loteamentos habitacionais no Extremo-Sul da cidade, na nossa querida Zona Norte, Ver. Mauro Pinheiro, na Zona Leste de Porto Alegre, e, ao adotar essa política habitacional equivocada, retirando as pessoas da região central, encarecemos Porto Alegre. É necessário cada vez mais linhas de ônibus, de transporte para ligar os extremos da cidade à região central, são necessários obviamente mais quilômetros de encanamento de água, encanamento de esgoto, maior necessidade de serviços de saúde, de educação, de zeladoria para atender essa cidade que indevidamente se espalhou. E o que nós precisamos fazer para resolver essa situação não no curto e no médio prazo, mas no longo prazo? Adensar Porto Alegre, reverter essa tendência de levar a população para cada vez mais longe da região central da cidade, que obviamente, é notório, tem a sua infraestrutura urbana já instalada, já possui unidades de saúde que podem evidentemente ser ampliadas caso tenhamos ali uma população maior, já possui uma infraestrutura de mobilidade urbana, já possui uma infraestrutura instalada de captação e tratamento de água, de coleta e tratamento de esgoto. O Centro da cidade, a região central da cidade já possui a sua infraestrutura urbana, e nós precisamos adensar Porto Alegre. Grandes cidades do mundo já passaram por esse mesmo dilema que a nossa cidade enfrenta hoje. E eu vejo que o governo acerta aqui, acerta sabendo que a discussão do Plano Diretor, por completo não será efetivada neste ano, infelizmente não foi em 2020 devido à situação da pandemia, mas, de alguma forma aqui, encaminha um projeto que nós possamos avançar de forma significativa por territórios, territórios prioritários sim. Antes alguns colegas subiram aqui e disseram: “O Centro é mais importante do que os outros bairros?” Bom, no Centro passam 400 mil pessoas por dia. O Centro é onde nós temos ali a memória da cidade gravada. O Centro é onde nós temos como referência de cidade, inclusive para o fomento turístico que nós tão ansiosamente aguardamos.

Então, o projeto de lei que foi encaminhado aqui de revitalização do Centro Histórico tem esse norte e tem obviamente o nosso apoio aqui. E agradeço muito especialmente ao meu presidente e líder de bancada, Moisés Barbosa, nossos colegas Gilson Padeiro e Kaká D’Ávila, que, sem sombra de dúvidas, aqui encaminham favoravelmente ao projeto, Presidente, para que nós tenhamos, sim, o adensamento do

Centros Histórico, que nós tenhamos, sim, a flexibilidade do índice construtivo, altura de prédios, a mescla de imóveis entre residencial e comercial para trazer vida ao Centro, para trazer pessoas circulando no Centro não apenas durante o dia, mas também à noite, que nós tenhamos mais segurança, que nós tenhamos uma flexibilização capaz também de fomentar o desenvolvimento e a própria indústria da construção civil, tão mal falada, Presidente Márcio Bins Ely, por alguns colegas aqui como se a construção civil fosse inimiga da população e beneficiasse apenas os mais ricos. Qual é a indústria que mais emprega nesta cidade? Qual é o setor que mais emprega os mais pobres em Porto Alegre senão a construção civil? Então encaminhamos favoravelmente aqui o projeto. Meus parabéns, e aguardamos, secretário Germano Bremm, ansiosamente o plano para o nosso 4º Distrito. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCE nº 023/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Projeto de Resolução nº 070/21, de autoria da Mesa Diretora.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados A Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 21h48min.)

* * * * *